

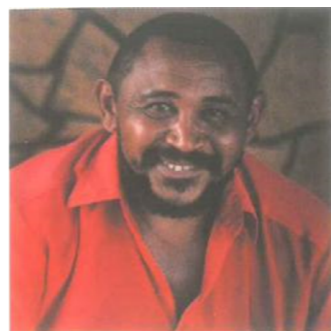
Antônio Bispo dos Santos

O livro de Antônio Bispo faz parte da coleção de obras publicadas pelo INCT de Inclusão e assinadas por mestres e mestras das comunidades tradicionais brasileiras - indígenas, afro-brasileiras, e das culturas populares. Líder quilombola pertencente a uma comunidade rural do Piauí, Bispo foi professor da disciplina Encontro de Saberes na UnB em 2012 e 2013 e pertence à rede de mestres docentes do Instituto. Seu livro traz uma perspectiva nova no campo de ensaios de interpretação do Brasil: a visão dos quilombos, comunidades de negros que se rebelaram contra a violência do regime escravo e se tornaram historicamente um símbolo maior da luta dos povos do Novo Mundo contra a escravidão e o racismo e pela afirmação de comunidades [auto-sustentáveis](#). Com uma narrativa concisa, Bispo constrói um argumento denso sobre a história das resistências, rebeliões, insurgências e experiências concretas de construção de comunidades livres e auto-sustentáveis, como Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher, projetando seus ideais para os dias de hoje. Desenvolvendo um conceito amplo de colonização, o autor contesta o atual modelo ecocida e desumano de desenvolvimento econômico ao qual o Brasil, junto com os demais países da América Latina, se rendeu completamente. Em contraposição a esse projeto de sociedade auto-destrutiva, passa a propor uma alternativa civilizatória baseada na biointeração, comum aos quilombos, aos terreiros das religiões de matriz africana e à capoeira. É com essa síntese de pensamento crítico e libertário, e uma disponibilidade de mestre ao ensinar um saber profundo e essencial para a vida (incluindo a alegria, transparente no seu ensaio) que Bispo vem somar a sua escrita quilombista à galeria da intelectualidade brasileira atual.

José Jorge de Carvalho

*000₃ Oh%





ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS, o NÊGO BISPO, nasceu em 10/12/1959, no Vale do Rio Berlengas, antigo povoado Papagaio, hoje município de Francinópolis/PI. É lavrador, formado por mestras e mestres de ofícios, morador do Quilombo Saco-Curtume, localizado no município de São João do Piauí/PI, semiárido piauiense.

Ativista político e militante de grande expressão no movimento social quilombola e nos movimentos de luta pela terra, Nêgo Bispo é, atualmente, membro da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Foi presidente do Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Francinópolis/PI e diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Piauí (FETAG/PI).

Possui ensino fundamental completo e faz parte da primeira geração da família da sua mãe que teve acesso à alfabetização. Sua inserção na escola foi deliberada e apoiada pela comunidade em que nasceu face à necessidade de poderem contar com o auxílio de al-

Antônio Bispo dos Santos

COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS **modos e significados**

Apresentação
José Jorge de Carvalho

Posfácio
Maria Sueli Rodrigues de Souza

Comentários
**Álvaro Tukano, Casimiro Tukano,
Antônio Gomes Barbosa e Taís Garone**

Brasília, 2015

SUMÁRIO

Apresentação, por José Jorge de Carvalho	
Uma voz quilombola na contra-colonização da academia	9
Introdução	19
Capítulo 1: INVASÃO E COLONIZAÇÃO	25
1.1 Leituras sobre a colonização	26
1.2 A cosmovisão cristã monoteísta e a cosmovisão pagã politeísta	37
1.2.1 Religiosidade	39
1.2.2 Trabalho	40
1.2.3 Manifestações culturais	41
Capítulo 2: GUERRAS DA COLONIZAÇÃO	47
2.1 Guerra das denominações	55
2.1.1 Caldeirões	56
2.1.2 Canudos	58
2.1.3 Pau de colher	59
2.1.4 Quilombo dos palmares	63
2.1.5 Elementos para reflexão.....	64
2.1.6 Comunidades tradicionais contemporâneas	65
Capítulo 3: BIOINTERAÇÃO	81
Capítulo 4: CONFLUÊNCIAS X TRANSFLUÊNCIAS.....	89
Posfácio, por Maria Sueli Rodrigues de Souza	105
Anexos	119
Artigos e matérias publicadas por Antônio Bispo dos Santos na imprensa piauiense	119
Carta renúncia, de próprio punho, da diretoria da FETAG	129
Comentários	131
Álvaro Tukano e Casimiro Tukano	131
Antônio Gomes Barbosa.....	135
Taís Garone	142
Referencias bibliográficas e links pesquisados	149

FICHA TÉCNICA

Realização:

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI

Universidade de Brasília - UnB

Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Parceria Institucional

Secretaria de Políticas Culturais (SPC)

Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC)

Ministério da Cultura - MINC

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social -

SECIS Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Apresentação: José Jorge de Carvalho

Posfácio: Maria Sueli Rodrigues de Souza

Comentários: Álvaro Tukano, Casimiro Tukano, Antônio Gomes Barbosa e Taís Garone

Edição: José Jorge de Carvalho

Ilustrações: Samuca Santos e Tércio Vasconcelos

Diagramação: Silvana Panzoldo

Coordenação Geral: José Jorge de Carvalho

Coordenação do **Projeto Encontro de Saberes:** Carla Pimentel Águas

Produção Executiva e **planejamento do INCTI:** Rita Honório

Brasília, junho de 2015

Dedico esse livro às mestras e mestres de ofício, aos povos de terreiro e aos pajés e xamás dos povos indígenas, pela elaboração, guarnição e compartilhamento dos saberes e modos de vida da cosmovisão politeísta.

APRESENTAÇÃO

Uma voz quilombola na contra-colonização da academia

O livro de Antônio Bispo, ou Nego Bispo, como é mais conhecido, faz parte da coleção de obras publicadas pelo Instituto de Inclusão assinadas por mestres e mestras das comunidades tradicionais — indígenas, quilombolas, de matriz africana, e das culturas populares. Coerente com a sua missão inovadora, de contribuir para refazer as bases ainda excludentes do conhecimento gerado e reproduzido no interior das universidades brasileiras, a presente obra vem somar-se ao livro da iyalorixá Mãe Stella do 'lê Axe Opô Afonjá, de Salvador, sobre os cantos sagrados de Osanyin, o orixá das folhas, e ao do mestre político e espiritual Álvaro Tukano, sobre as tradições do Alto Rio Negro e sua trajetória como uma das principais lideranças do movimento indígena brasileiro.

Líder quilombola pertencente a uma comunidade rural do Piauí, Bispo foi professor da disciplina Encontro de Saberes na UnB em 2012 e 2013 e pertence à rede de pesquisadores e docentes do Instituto. Seu livro é o resultado de inúmeras intervenções formuladas a partir de seus diálogos com vários grupos de interesse, comunidades e frentes de luta, tais como a rede nacional de quilombos, as comunidades rurais, os demais povos tradicionais e também o movimento negro. Para além do impacto que deverá provocar entre seus pares mais imediatos, esperamos que a obra de Bispo **venha a influenciar também**, em um momento futuro de ampliação de seus argumentos, a área acadêmica que se convencionou chamar de **Pensamento Social Brasileiro. Afinal, Bispo toca basicamente os mesmos temas clássicos desenvolvidos pelos autores, em geral eurocêntricos, que oferecem as chamadas interpretações do Brasil: o modelo católico de colonização, a dominação precoce sofrida pelos indígenas, a instituição central da escravidão na formação social e econômica do país, a ideologia da mestiçagem e a democracia racial, e os modelos de desenvolvimento, a maioria deles dentro do regime capitalista.**

A mensagem final (e que se tornou oficial) desse tipo de interpretação elitizada do Brasil, que continua se reproduzindo quase sem alterações desde os anos trinta do século passado até os dias de hoje, é que **somos especiais porque sabemos conviver com a nossa diversidade de um modo que nem os países ibero-americanos nem os Estados Unidos conseguem. Em seu livro, Nego Bispo parte desse mesmo conjunto de questões e chega a conclusões diametralmente opostas das que são veiculadas pelos autores hegemônicos. Ele não apenas condena veementemente esse modelo de sociedade imposto aos negros e aos indígenas pelos portugueses como enfatiza as revoltas, as rebeliões e as lutas anti-racistas contra as classes e grupos raciais dominantes levadas a cabo pelos povos tradicionais nas**

suas tentativas de viver segundo outras bases civilizatórias. Na verdade, ao invés de celebrar a síntese, na linha da democracia racial ainda mantida como ideologia nacional brasileira, **Bispo enfatiza as resistências concretas a essa ideologia que foram e ainda são promovidas pela maioria do povo brasileiro** (negros, indígenas, quilombolas, camponeses e classes populares em geral) sem conceder à violência estatal nenhum perdão decorrente da suposta vantagem comparativa alcançada pela assim chamada "civilização brasileira".

Por outro lado, enquanto os cientistas sociais hegemônicos exaltam o sincretismo religioso (afro-católico ou índio-católico, obviamente **Bispo opta por mostrar como o Catolicismo promoveu um verdadeiro genocídio cultural, paralelo ao genocídio humano com o qual ele aceitou conviver. Daí a rejeição aberta do autor ao monoteísmo judaico-cristão, historicamente cúmplice do poder do estado e do capital, e sua defesa do politeísmo, com o qual ele identifica não somente as religiões de matriz africana, mas também a espiritualidade dos indígenas e dos quilombolas. Acima de tudo, o texto de Bispo nos propicia uma oportunidade de fazer uma leitura a contrapelo de algumas obras clássicas do Pensamento Social ao colocar uma perspectiva que faltava na nossa intelectualidade, seja de esquerda ou de direita: a visão quilombola, que traz a memória e a atitude de quem resistiu à assimilação forçada dos negros escravizados na Colônia e no Império e dos negros libertos na República racista.**

Se por um lado Bispo deve ser lido junto com os autores de visão eurocêntrica que colonizaram até hoje o discurso sobre a nação brasileira, é igualmente importante colocá-lo na galeria de seus pares diretos, é dizer, os intelectuais negros que se destacaram ao longo do século XX no Brasil. Edison Carneiro e Clóvis Moura historiaram os quilombos minuciosamente; Beatriz Nascimento identificou as territorialidades

negras, incluindo a organização dos terreiros de matriz africana e demais espaços coletivos, dos subúrbios e das periferias, como manifestações de quilombo; e Abdias produziu o memorável manifesto Quilombismo, concebido como uma plataforma geral, não apenas para o Brasil, mas para toda a Diáspora Africana nas Américas e mesmo para além dela, ao propor, a partir dele, o movimento pan-africanista de nível intercontinental.

Nego Bispo atualiza esse mesmo tom amplo de resistência negra brasileira, acrescentando aos grandes autores mencionados uma dimensão nova, que faltava, não somente a eles em particular, mas à luta anti-racista brasileira em geral: a sua condição existencial e biográfica de um quilombola — lembrando que o quilombo pode ser considerado o símbolo maior da luta pela terra comunitária e pela liberdade em toda a Diáspora Africana nas Américas. Enquanto os outros foram acadêmicos e cidadãos urbanos, Bispo é autodidata e residente em uma comunidade rural de agricultura familiar piauiense. Junto com sua verve de escritor, poeta, filósofo, historiador e ensaísta, ele traz para o debate intelectual um nova lucidez advinda de quem planta aquilo que come, cuida da roça e cria cabras e ainda goza do convívio gerado pelo rico circuito das festas e eventos das comunidades rurais da sua região.

Aqui, vale ressaltar uma característica do estilo do autor. Bispo narra eventos dramáticos das lutas dos oprimidos ao longo da nossa história: Palmares, Canudos, Caldeirões, Pau de Colher, todas elas comunidades submetidas a um verdadeiro genocídio por parte do Estado. Paralelamente, sua escrita é marcada também pela alegria e o bom humor, o que deixa o seu texto leve e cativante. Além disso, seu ensaio alterna a exposição em prosa rigorosa e filosófica (como ele mesmo define sua postura discursiva com a poesia, interposta nas pausas dos capítulos, permitindo um salto de consciência na leitura do ensaio, capaz de unir razão e emoção.

Se, como dissemos, a obra de Bispo suscita um diálogo com os intelectuais e escritores negros, seu texto dialoga também, em um plano político e espiritual, com os grandes líderes quilombolas do nosso passado histórico: Zumbi dos Palmares, Malunguinho do Catucá, Manuel Congo da região de Campos do Rio de Janeiro, Nego Cosme do Itapecuru do Maranhão, entre tantos outros. Todos *esses* mártires da luta contra a escravidão estiveram imbuídos da mesma atitude insurgente de Bispo, pois seu ideal foi a construção do mesmo tipo de comunidade auto-sustentável e livre das opressões do nosso Estado racista e capitalista. A diferença é que eles não puderam escrever diretamente as suas ideias e posições e nem restou uma transmissão mais plena da sua fala através do registro de seus companheiros de luta. Por este motivo, o presente ensaio traz, como o próprio autor diz no início da obra, a dimensão da memória histórica junto com a dimensão do presente — no agora da sua experiência de quilombola de hoje comparece o passado dos quilombos que existiram no Brasil nos séculos anteriores.

A visibilidade da luta quilombola na esfera pública brasileira é relativamente recente, tendo crescido de fato somente após a Constituição de 1988. Contudo, a sociedade brasileira raramente teve a oportunidade de se deparar com reflexões de quilombolas sobre a nação como um todo, para além das reivindicações específicas e legítimas da agenda de luta dos quilombos canalizada principalmente pela Confederação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), entidade da qual Nego Bispo ocupa um lugar de representação. Seu livro, neste particular, faz parte desta luta, porque foi escrito também pela necessidade de difundir seus conhecimentos e reflexões entre seus companheiros; para além desse esforço, porém, ele consegue colocar a luta quilombola brasileira em um patamar mais amplo de reflexão e capacidade crítica que configura uma

real contribuição ao debate nessa área. Ao colocar-se no lugar de autor que pensa a nação, Bispo escreve um ensaio que apresenta o **estilo de um manifesto ampliado**. Abre o livro expondo o problema da formação de uma sociedade injusta sob inúmeras formas; mostra o movimento histórico de rebeliões, revoluções, insurgências e resistências contra as injustiças enumeradas; e finalmente propõe um modelo alternativo de sociedade baseado na biointeração, comum aos quilombos, aos terreiros das religiões de matriz africana, à capoeira e outras expressões análogas dos povos tradicionais.

E aqui podemos conectar a obra de Nego Bispo com um movimento intelectual e político recente, que nesse momento reverbera em toda a América Latina e no Sul do Mundo em geral. O chamado **movimento pós-colonial**, com suas várias vertentes teóricas, tem promovido as vozes das comunidades silenciadas após os últimos cinco séculos de expansão violenta e genocida dos países europeus centrais e dos Estados Unidos pelo mundo inteiro. Os povos originários, ou nações sem Estado, entre os quais os quilombos, devem agora projetar sua voz para recontar, segundo sua perspectiva de clamor por justiça e resistência, a dor a que estiveram (e a que ainda estão) submetidos. As reflexões de Bispo podem e devem dialogar com as dos intelectuais e líderes das comunidades quilombolas e negras rurais do Equador, da Colômbia, da Venezuela e da América Central. **Pelo seu próprio título, o presente livro se projeta como exemplo brasileiro nessa linha de frente internacional, ao tratar diretamente da colonização e propor uma alternativa civilizatória, baseada na biointeração, ao atual modelo ecocida e desumano de desenvolvimento econômico no qual o Brasil, junto com a maioria dos países da América Latina, entrou de cabeça.** É com essa síntese de pensamento crítico e libertário, e uma disponibilidade de mestre ao ensinar um saber profundo e essencial para a

vida (incluindo a alegria, transparente no seu ensaio) que Bispo vem somar a sua escrita **quilombista à galeria da intelectualidade brasileira atual.**

José Jorge de Carvalho
Brasília, junho de 2015

Extraímos os frutos das árvores
Expropriam as árvores dos frutos

Extraímos os animais da mata
Expropriam a mata dos animais

Extraímos os peixes dos rios
Expropriam os rios dos peixes

Extraímos a brisa do vento
Expropriam o vento da brisa

Extraímos o fogo do calor
Expropriam o calor do fogo

Extraímos a vida da terra
Expropriam a terra da vida

Politeístas!

Pluristas!

Circulares!

Monoteístas!

Monistas!

Lineares!

Nego Bispo



INTRODUÇÃO

O presente atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro. Foi baseado neste princípio que escrevi, no ano de 2007, o livro *Quilombos, Modos e Significados*¹. Foi também a partir daí que me deparei com a seguinte questão: como definir e/ou dimensionar o tempo? Ou seja, onde começam e terminam o passado e o presente e onde começa o futuro?

Ao invés de tentar responder objetivamente tais questionamentos, para a escrita do meu segundo livro resolvi acompanhar o prosseguimento do fluxo filosófico do texto e expressar, por meio de referências cruzadas, apontamentos historiográficos, sentimentos e experiências vivenciados, as reflexões e os conceitos que pretendo aqui apresentar.

Por acreditar que o tom do diálogo revela a distância entre os interlocutores e que a história é formada pela interlocução entre os

¹ SANTOS, Antônio Bispo. *Quilombos, Modos e Significados*. Editora COMEPI, Teresina/PI, 2007.

fatores e as ações desenvolvidas pela humanidade, sem ignorar os termos presente, passado e futuro me dediquei à análise de temas e/ou eventos que me permitiram perceber o percurso e os elementos interlocutores entre a questão sócio racial contemporânea e o início da colonização afro-pindorâmica no Brasil².

Para tanto, tentei explorar a dinâmica Demanda H Meio H Demanda, ou seja, Princípio . Meio . Princípio.

Ao aceitar o desafio de escrever essa espécie de reedição expandida das ideias do livro Quilombos, Modos e Significados, procurei dialogar com os mesmos princípios e exercitar a mesma metodologia, porém o que mudou foram as minhas pretensões. Ao invés de permanecer na análise de caráter reflexivo, optei por uma análise de caráter resolutivo no refazimento do percurso do início da colonização às atuais recolonizações das populações tradicionais contemporâneas.

Tendo a religiosidade se apresentado como fator preponderante no processo de colonização e também por acreditar que a religião é uma dimensão privilegiada para o entendimento das diversas maneiras de viver, sentir e pensar a vida entre os diferentes povos e sociedades, busquei compreender as diferenças e a interlocução entre a cosmovisão monoteísta dos colonizadores e a cosmovisão politeísta dos contra colonizadores, refletindo sobre os seus efeitos e consequências nos processos de colonização e de contra colonização³.

2 Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul. Utilizarei alternativamente colonização afro-pindorâmica para denominar a colonização nas Américas, enquanto um exercício de descolonização da linguagem e do pensamento.

3 Contra colonização e colonização é como pretendo conceituar os processos de enfrentamento entre povos, raças e etnias em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico.

Para ilustrar essa compreensão, estabeleci alguns paralelos entre os modos de vida dos povos politeístas, desde o Quilombo de Palmares/AL passando por Canudos/BA, Caldeirões/CE e Pau de Colher/BA/PI até chegar às comunidades tradicionais da atualidade e os modos de vida dos povos monoteístas desde a escravização e o desmantelamento, no passado, de muitas de nossas comunidades aos atuais ataques e ameaças do capitalismo desenvolvimentista contra as populações tradicionais da contemporaneidade.

Meu objetivo foi, portanto, refletir de maneira resolutiva sobre a seguinte questão: qual a diferença entre o ataque dos colonizadores contra o Quilombo de Palmares no século XVII e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades atingidas pelos megaprojetos, ditos "empreendimentos", como, por exemplo, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte?⁴

Para responder a essa e a tantas outras perguntas, de maneira resolutiva, pretendo apresentar algumas possibilidades de convivência mais harmoniosa entre os diversos povos, a partir da confluência e da interlocução entre a perspectiva desenvolvimentista e as experiências da biointeração..

4 A polêmica em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu já dura mais de vinte anos, em função dos inúmeros impactos socioambientais e do caráter autoritário com que o governo brasileiro vem conduzindo o processo de licenciamento ambiental, desrespeitando direitos constitucionais e a autodeterminação dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, dentre outras comunidades que vivem na região.

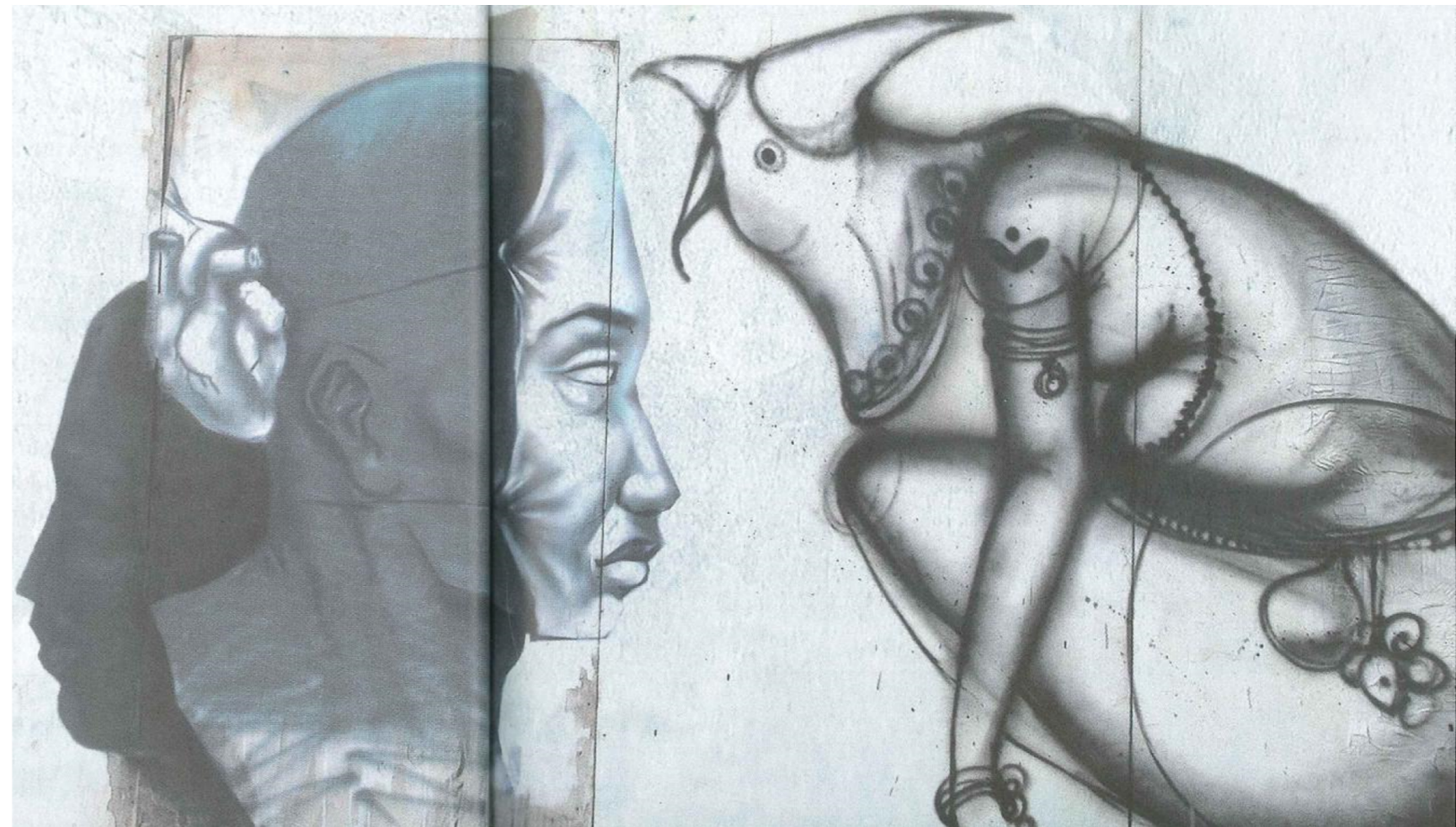
AGORA É LEI

Dá cadeia para quem me chamar de negro analfabeto
Só não dá cadeia para quem impõe o analfabetismo,
obstruindo meu acesso às escolas

Dá cadeia para quem me chamar de negro burro
Só não dá cadeia para quem me chamar de "moreno",
Mesmo sabendo que com isso querem me transformar
em um híbrido

E assim como aos burros, negar as condições de
reprodução da minha raça

Nego Bispo





CAPÍTULO 1

INVASÃO E COLONIZAÇÃO

Comparando a cor da minha pele com a cor da pele da moça que está digitando este texto, ela tem uma cor mais próxima do branco e a minha cor está mais próxima do pretos. Se compararmos as duas cores com o papel que vamos usar na impressão deste livro, então a cor dela vai está mais próxima do amarelo e a minha se aproxima ainda mais do preto. Se ela um dia visitar a Ásia, encontrará muitas pessoas cuja cor se aproxima muito da dela, enquanto aqui ela é branca, lá essas pessoas são amarelas.

Quanto a mim, se um dia eu visitar as arábias, também encontrarei muitas pessoas com cores próximas a minha, enquanto aqui eu sou preto, lá essas pessoas são árabes, muçulmanas, etc. Se aqui sairmos pelas ruas

5 A moça a quem me refiro é Rakuel Costa, considerada de pele branca e comprometida com a luta quilombola. Deixo também registrado meus agradecimentos à Graça Silva, Jânia Torres, Maria Sueli Rodrigues de Souza e Taís Garone pelas contribuições e diálogos que permeiam a escrita deste livro.

abraçados, ela será chamada sempre de branca e eu, de acordo com as pessoas que irão me olhar, serei preto, moreno, pardo, mulato, negro, etc. Enquanto isso, há um grupo de pessoas que em qualquer continente, mesmo tendo a cor da pele bem próxima ao branco, são chamadas de albinas. Por isso, entendo que no caso da moça a quem me referi no início, amarelo é cor, branco é raça. No meu caso, preto é cor, negro é raça, humano é espécie e povo é nação.

Por assim perceber, se quisermos entender porque eu e a moça somos tratados de forma tão diferente na sociedade onde vivemos, embora pertencendo à mesma espécie, a humana, precisamos dialogar profundamente com os conceitos de cor, raça, etnia, colonização e contra colonização.

Não pretendo fazer aqui um trabalho acadêmico, nem tenho os elementos necessários para isso. O que tentarei fazer é analisar as relações entre as populações que tem uma cor que se aproxima da cor da referida moça e as populações com cor semelhante à minha na sociedade brasileira.

Para fazer essa análise, partirei dos documentos e das resoluções que deliberaram sobre a vinda dos europeus e dos africanos para o Brasil e da recepção que ambos tiveram dos povos originários dessa terra. Espero como resultado fomentar um amplo debate não apenas sobre o conceito de raça e de cor, mas sobre as relações entre as pessoas e os diferentes povos nos processos de colonização e de contra colonização das Américas, as organizações produzidas nesses processos e o que isso pode significar na busca de relações de vida mais harmoniosas.

1.1 LEITURAS SOBRE A COLONIZAÇÃO

Existem incontáveis versões sobre a vinda dos colonizadores para o Brasil. Uma bastante exótica que aprendi no meu tempo de escola é a de

que os portugueses chegaram ao Brasil por que se perderam no caminho das Índias, por onde pretendiam restabelecer o comércio de especiarias. Essa versão tenta ganhar consistência na denominação que foi dada aos povos originários por eles aqui encontrados. Esses povos até hoje são chamados de "índios", exatamente porque os portugueses pensavam ter chegado às Índias.

O estranho é que mesmo pensando ter chegado às Índias, logo denominaram essa terra de Monte Pascoal. Ao perceber que não era um monte, chamaram-na Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e, por último, Brasil. Mais estranho ainda é que os povos aqui encontrados como, por exemplo, os povos de língua tupi que chamavam essa terra de Pindorama (Terra das Palmeiras), continuam sendo chamados de índios.

Como sabemos, esses povos possuem várias autodenominações. Os colonizadores, ao os generalizarem apenas como "índios", estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar. Mesmo compreendendo isso, vou utilizar também de forma generalizada o termo povos pindorânicos com a intenção principal de contestar a denominação forjada pelos colonizadores.

Com relação aos africanos, também aprendi na escola várias versões. Uma delas é a de que pelo fato dos índios terem se rebelado contra o trabalho escravo os portugueses resolveram trazer o povo da África, porque esses seriam mais "dóceis", portanto, mais facilmente "domesticáveis". No entanto, os povos africanos, assim como os povos pindorânicos, também se rebelaram contra o trabalho escravo e possuem as suas diversas

autodenominações. Os colonizadores, ao chamá-los apenas de "negros", estavam utilizando a mesma estratégia usada contra os povos pindorâmicos de quebra da identidade por meio da técnica da domesticação.

Hoje, algum tempo fora da escola, tenho encontrado/percebido outras fontes de informações que dialogam com essas versões. Dentre as que mais me chamaram a atenção há as Bulas Papais. Senão vejamos:

Nós [...] concedemos livre e ampla licença ao rei Afonso para invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzi-los à escravidão perpétua e tomar para si e seus sucessores seus reinos [...] e propriedades" (Bula "Romanus Pontifex", Papa Nicolau V, 08 de janeiro de 1455) ⁶.

Como podemos ver, essa Bula não fala em especiarias e sequer cita a Índia. O que ela enfatiza é o cristianismo e o paganismo, concedendo amplos poderes aos cristãos para fazerem o que quisessem com os pagãos. Nesse caso, preciso dizer o que compreendo como cristianismo e paganismo.

No meu entender, os cristãos citados na Bula são os povos que cultuam um único Deus, o Deus da Bíblia, onipotente, onisciente e onipresente, isto é, que pertencem a uma religião monoteísta. Já os ditos pagãos são os povos que cultuam os elementos da natureza tais como a terra, a água, o ar, o sol e várias outras divindades do universo, as quais chamam de deusas e deuses, e por isso pertencem às religiões politeístas.

Nesse período, os povos cristãos concentravam-se predominantemente na Europa. Não entendo que critérios a Igreja utilizou ao escolher Portugal

⁶ *In;* SILVA, José Moreira. 2006.

e Espanha para aplicação da Bula Papal, no entanto reconheço que os licenciados não hesitaram na execução da missão recebida. Tanto é que foram os primeiros a chegar às Américas na condição de colonizadores, e aqui cumpriram rigorosamente a Lei Papal, subjugando os povos originários e indo buscar para o mesmo fim os povos do continente africano.

Então podemos perceber que esses eram os citados povos pagãos. O estranho é que a escola sempre se refere a esses povos apenas como negros e índios, desconsiderando as suas diversas autodenominações e ocultando a relação colonialista por detrás de tais denominações. Isso porque para os cristãos é necessário justificar que essas pessoas são apenas "coisas", que elas não têm "alma" e que, por isso, delas podem se utilizar como bem quiserem.

Curioso por mais informações, me fiz o seguinte questionamento: esse comportamento dos cristãos era apenas contra os povos ditos pagãos? Uma resposta bastante interessante eu li na Bula Papal de 1567 e a apresento:

Pela autoridade da presente carta, Nós ordenamos que todo e cada judeu de ambos os sexos em Nosso domínio temporal e em todas as cidades, terras, lugares e baronatos sujeitos a eles deve deixar sua terra no espaço de três meses a partir da publicação da presente carta. Devem ser despojados de suas propriedades e processados de acordo com a lei. Eles devem tornar-se servos da Igreja Romana e sujeitar-se à servidão perpétua. E a dita Igreja deve ter sobre eles os mesmos direitos que outros domínios têm sobre seus escravos e servos (Papa Pio V, 1567, Bula Romanus Pontifex, VII, 741)⁷.

⁷ *In;* SILVA, José Moreira. 2006.

Assinadas por Papas diferentes, podemos ver que as Bulas Papais fogem do caráter pessoal de um líder e atendem às deliberações doutrinárias de uma religião, no caso o cristianismo. O estranho aqui é que o judaísmo também é uma religião monoteísta e originária da mesma bíblia. Porém, a servidão dos judeus tem um caráter diferenciado, pois a Bula Papal recomenda que eles sejam servos da própria Igreja Romana e não escravos dos reis e senhores, conforme foram submetidos os povos pagãos. E quando a mesma Bula recomenda que esses sejam processados, reconhece a sua condição de sujeitos de direito.

O que dá para perceber é que, nesse caso, a Igreja não pretende eliminar a doutrina religiosa dos judeus, mas tão somente despojá-los de suas propriedades, dando-lhes ainda um prazo de três meses para abandonarem as suas terras e posses. Podemos, então, afirmar que se trata de uma colonização moderada, diferente do que foi determinado para os pagãos politeístas: a eliminação da própria doutrina.

As citações dos trechos das Bulas Papais indicam a necessidade de se recorrer à Bíblia para melhor dialogar com os reais fundamentos da cosmovisão dos colonizadores. Eis, então, um excerto da Bíblia que considero importante para compreendermos a cosmovisão dos colonizadores.

Javé deus disse para o homem: "já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga. 18 A terra produzirá para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá a erva dos campos. 19 Você comerá seu pão com o suor do seu rosto até que volte para terra, pois dela foi tirado, você pó e ao pó voltará". (GÊNESIS 3:17).

Por bem dizer, o Deus da Bíblia inventou o trabalho e o fez como um instrumento de castigo. Daí entendemos o caráter escravagista de qualquer sociedade que venha a construir seus valores a partir das igrejas originárias da Bíblia.

O Deus da Bíblia, ao expedir e executar essa sentença, condenou o seu povo a penas perpétuas e indefensáveis, portanto, precisamos analisar essa leitura com certo detalhamento. Senão vejamos: ao amaldiçoar a terra e determinar uma relação fatigante entre o seu povo e a terra, classificando os frutos da terra como espinhos e ervas daninhas e impondo aos condenados que não comam de tais frutos, só podendo comer das ervas por eles produzidas no campo com o suor do seu próprio corpo, o Deus da Bíblia, além de desterritorializar o seu povo, também os aterrorizou de tal forma que não será nenhum exagero dizer que nesse momento ele inventou o terror psicológico que vamos chamar aqui de cosmofofia.

E como se não bastasse o terror psicológico, a invenção do trabalho como castigo e o amaldiçoamento dos frutos da terra, os versículos que vamos apresentar agora também comprovam o uso dos textos bíblicos como fundamento ideológico para a tragédia da escravidão.

Não é o discípulo mais do que o seu mestre, nem o servo mais do que o seu senhor. (MATEUS 10:24).

O servo que soube a vontade do seu senhor, e não se aprontou, nem fez conforme a sua vontade, será castigado com muitos açoites; 48, mas o que não a soube, e fez coisas que mereciam castigo, com poucos açoites será castigado. Daquele a quem muito é dado, muito se lhe requererá; e a quem muito é confiado, mais ainda se lhe pedirá. (LUCAS 12:47 e 48: (Jesus falando))

Vós, servos, obedecí em tudo a vossos senhores segundo a carne, não servindo somente à vista como para agradar aos homens, mas em singeleza de coração, temendo ao Senhor. (COLOSSENSES 3:22).

Quem é, pois, o servo fiel e prudente, que o senhor pôs sobre os seus serviçais, para a tempo dar-lhes o sustento?⁴⁶ Bem-aventurado aquele servo a quem o seu senhor, quando vier, achar assim fazendo.⁴⁷ Em verdade vos digo que o porá sobre todos os seus bens.⁴⁸ Mas se aquele outro, o mau servo, disser no seu coração: Meu senhor tarda em vir,⁴⁹ e começar a espancar os seus conservos, e a comer e beber com os ébrios,⁵⁰ virá o senhor daquele servo, num dia em que não o espera, e numa hora de que não sabe,⁵¹ e corta-lo-á pelo meio, e lhe dará a sua parte com os hipócritas; ali haverá choro e ranger de dentes. (MATEUS 24:45).

Todos os servos que estão debaixo do jugo considerem seus senhores dignos de toda honra, para que o nome de Deus e a doutrina não sejam blasfemados.² E os que têm senhores crentes não os desprezem, porque são irmãos; antes os sirvam melhor, porque eles, que se utilizam do seu bom serviço, são crentes e amados. Ensina estas coisas. (TÍMÓTEO 6:1).

Exorta os servos a que sejam submissos a seus senhores em tudo, sendo-lhes agradáveis, não os contradizendo¹⁰ nem defraudando, antes mostrando perfeita lealdade, para que em tudo sejam ornamento da doutrina de Deus nosso Salvador. (TITO 2:9).

Então o anjo do Senhor, achando-a junto a uma fonte no deserto, a fonte que está no caminho de Sur,⁸ perguntou-lhe:

Agar, serva de Sarai, donde vieste, e para onde vais? Respondeu ela: Da presença de Sarai, minha senhora, vou fugindo.⁹ Disse-lhe o anjo do Senhor: Torna-te para tua senhora, e humilha-te debaixo das suas mãos. (GÊNESIS 16:7).

Se alguém ferir a seu servo ou a sua serva com pau, e este morrer debaixo da sua mão, certamente será castigado;²¹ mas se sobreviver um ou dois dias, não será castigado; porque é dinheiro seu. (ÊXODO 21:20).

Pois venderei vossos filhos e vossas filhas na mão dos filhos de Judá, e estes os venderão aos sabeus, a uma nação remota, porque o Senhor o disse. (JOEL 3:8).

Vós, servos, sujeitai-vos com todo o temor aos vossos senhores, não somente aos bons e moderados, mas também aos maus.¹⁹ Porque isto é agradável, que alguém, por causa da consciência para com Deus, suporte tristezas, padecendo injustamente²⁰ Pois, que glória é essa, se, quando cometeis pecado e sois por isso esbofeteados, sofreis com paciência? Mas se, quando fazeis o bem e sois afligidos, o sofreis com paciência, isso é agradável a Deus. (PEDRO 2:18).

A partir dessas citações fica bastante difícil negar a importância da Bíblia para o desenvolvimento da escravidão.

Outro documento que considero importante para ilustrarmos o pensamento dos colonizadores sobre os povos que pretendiam escravizar é a Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita entre 26 de abril e 02 de maio de 1500, em Porto Seguro/BA, e remetida a D. Manuel I de Portugal, Rei de Portugal, para lhe comunicar sobre o descobrimento/invasão do vasto território que posteriormente viria a ser chamado de Brasil. Apresentaremos e analisaremos, em seguida, alguns trechos da referida carta.

Bastará que até aqui, como quer que se lhes em alguma parte amansassem, logo de uma mão para outra se esquivavam, como pardais do cevadouro. Ninguém não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais. E tudo se passa como eles querem — para os bem amansarmos !(...)

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim!"

Conforme já argumentamos, aqui está explicitada a intenção dos colonizadores de animalizar e/ou coisificar os povos pindorâmicos para domesticá-los, desconsiderando suas autodenominações e igualando-os aos pardais. E nem precisamos questionar o fato de Pero Vaz não representar oficialmente a Igreja, porque o conteúdo dos trechos citados será posteriormente reafirmado, no século XVII, em um sermão do Padre

8 CAMINHA, Pero Vaz de. A Carta. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/carta.htm>. Acesso em 16/09/2007.

Antônio Vieira: "é melhor ser escravo no Brasil e salvar sua alma que viver livre na África e perdê-la" (Sermão do Pe. Antônio Vieira aos escravos)⁹.

Os trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha que vamos apresentar agora servirão como um instrumento de análise sociológica que estabeleceu o perfil dos colonizadores e, consecutivamente, dos contra colonizadores.

1. Invasão e colonização

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Nesse dia, enquanto ali andavam, dançaram (...)

Esses que estiveram sempre à pregação estavam assim como nós olhando para ele. E aquele que digo, chamava alguns, que viessem ali. Alguns vinham e outros iam-se; e acabada a pregação, trazia Nicolau Coelho muitas cruces de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda. E houveram por bem que lançassem a cada um sua ao pescoço. Por essa causa se assentou o padre frei Henrique ao pé da cruz; e ali lançava a sua a todos — um a um — ao pescoço, atada em um fio, fazendo-lha primeiro beijar e levantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançavam-nas todas, que seriam obra de quarenta ou cinquenta. E isto acabado — era já bem uma hora depois do meio dia — viemos às naus a comer, onde o Capitão trouxe consigo aquele mesmo que fez aos outros aquele gesto para o altar e para o céu,

9 In; SILVA, José Moreira. 2006.

(e um seu irmão com ele). A aquele fez muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca; e ao outro uma camisa destoutras.

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente, não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar; porque já então terão mais conhecimentos de nossa fé, pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram.

Entre todos estes que hoje vieram não veio mais que uma mulher, moça, a qual esteve sempre à missa, à qual deram um pano com que se cobrisse; e puseram-lho em volta dela. Todavia, ao sentar-se, não se lembrava de o estender muito para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior — com respeito ao pudor.

Ora veja Vossa Alteza quem em tal inocência vive se se convertera, ou não, se lhe ensinarem o que pertence à sua salvação. (...)

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé! (...)

Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500. Pero Vaz de Caminha¹⁰

É importante observar que ao se referir aos nativos, Pero Vaz de Caminha reconhece que a relação daquele povo com os elementos da natureza, ou seja, com o seu território, os permite uma condição de vida invejável diante da condição dos recém-chegados colonizadores. Isso demonstra, seguramente, que os colonizadores, ao acusarem esse povo de improdutivo e atrasado, estavam querendo refletir naquele povo a sua própria imagem.

1.2 A COSMOVISÃO CRISTÃ MONOTEÍSTA E A COSMOVISÃO PAGÃ POLITEÍSTA

O processo de escravização no Brasil tentou destituir os povos afro-pindorâmicos de suas principais bases de valores socioculturais, atacando suas identidades individuais e coletivas, a começar pela tentativa de substituir o paganismo politeísta pelo cristianismo puro monoteísta.

No plano individual, as pessoas afro-pindorâmicas foram e continuam

¹⁰ CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta*. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/carta.htm>. Acesso em 16/09/2007.

sendo taxadas como inferiores, religiosamente tidas como sem almas, intelectualmente tidas como menos capazes, esteticamente tida como feias, sexualmente tidas como objeto de prazer, socialmente tidas como sem costumes e culturalmente tidas como selvagens. Se a identidade coletiva se constitui em diálogo com as identidades individuais e respectivamente pelos seus valores, não é preciso muita genialidade para compreender como as identidades coletivas desses povos foram historicamente atacadas.

No entanto, na perspectiva da resistência cultural, essas identidades vêm sendo ressignificadas como forma de enfrentar o preconceito e o etnocídio praticado contra povos afro-pindorâmicos e os seus descendentes.

Muitos são os autores que escreveram sobre a trajetória dos povos afro-pindorâmicos e sobre a sua importância para a história do Brasil. Portanto, o que vamos falar pode ser encontrado em várias bibliografias. Poderíamos aqui fazer referências a várias delas, mas não será necessário, porque a trajetória desses povos transpõe qualquer texto científico ou literário. Ela é visível e palpável materialmente e pode ser sentida imaterialmente, tanto quando olhamos para o passado e fazemos referência aos nossos ancestrais, como hoje quando visitamos as comunidades da atualidade e dialogamos com as suas organizações e manifestações culturais.

Vamos fazer agora um breve comparativo entre as matrizes culturais dos colonizadores e as matrizes culturais dos contra colonizadores, a começar pelas bases religiosas. Como já falamos, faz-se por bem entendermos que as populações desenvolvem sua cosmovisão a partir da sua religiosidade e é a partir dessa cosmovisão que constroem as suas várias maneiras de viver, ver e sentir a vida.

O povo eurocristão monoteísta, por ter um Deus onipotente, onisciente e onipresente, portanto único, inatingível, desterritorializado, acima de tudo e de todos, tende a se organizar de maneira exclusivista,

vertical e/ou linear. Isso pelo fato de ao tentarem ver o seu Deus, olharem apenas em uma única direção. Por esse Deus ser masculino, também tendem a desenvolver sociedades mais homogêneas e patriarcais. Como acreditam em um Deus que não pode ser visto materialmente, se apegam muito em monismos objetivos e abstratos.

Quanto aos povos pagãos politeístas que cultuam várias deusas e deuses pluripotentes, pluricientes e pluripresentes, materializados através dos elementos da natureza que formam o universo, é dizer, por terem deusas e deuses territorializados, tendem a se organizar de forma circular e/ou horizontal, porque conseguem olhar para as suas deusas e deuses em todas as direções. Por terem deusas e deuses tendem a construir comunidades heterogêneas, onde o matriarcado e/ou patriarcado se desenvolvem de acordo com os contextos históricos. Por verem as suas deusas e deuses at elementos da natureza como, por exemplo, a água, a terra, o fogo outros elementos que formam o universo, apegam-se à plurismos subjetivos e concretos.

Para melhor ilustrar essas diferenças, vamos apresentar algumas experiências organizativas dos povos cristãos monoteístas e dos povos pagãos politeístas.

1.2.1 RELIGIOSIDADE

Ao frequentarmos um culto em um templo cristão monoteísta (um jurado em um fórum da justiça comum), podemos verificar todos os fiéis (cidadãos) postados verticalmente de frente ao altar (Tribuna do Júri), onde um pregador (Juiz) que possui status para falar em nome de Deus (da Justiça) fala das normas estáticas escritas na Bíblia (Código Legal), cobra dos fiéis (cidadãos) comportamentos e ações voltadas para a vontade

de Deus (Justiça), avisa que Deus (Justiça) punirá os desobedientes e por fim anuncia as possíveis sentenças. Porém em nome de Deus (Justiça) abre oportunidades para que os pecadores (réus) recorram aos santos (advogados) e, através de doações generosas (honorários), interfiram perante Deus (Justiça) pela a sua salvação (absolvição).

Nos terreiros dos povos pagãos politeístas (nas festas), as filhas e filhos de santo (pessoas da comunidade) se organizam circularmente no centro do terreiro (salão de festas), juntamente com a mãe ou pai de santo (animadora ou animador da festa) através de quem as deusas e deuses se manifestam, compartilhando a sabedoria da ancestralidade e a força viva da natureza, de acordo com a situação de cada pessoa da comunidade.

1.2.2 TRABALHO

Javé deus disse para o homem: "já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga. 18 A terra produzira para você espinhos e ervas daninhas, e você comerá a erva dos campos. 19 Você comerá seu pão com o suor do seu rosto até que volte para terra, pois dela foi tirado, você é pó e ao pó voltará". (GÊNESIS [3] 17).

Como podemos interpretar nesta leitura bíblica, o trabalho (castigo) foi criado pelo Deus dos cristãos para castigar o pecado, portanto, o seu produto dificilmente servirá ao seu produtor que, por não ver o seu Deus de forma materializada, muitas vezes se submete a outro senhor que desempenha o papel de coordenador do trabalho (castigo). Talvez por isso

o produto concreto do trabalho (castigo) tenha evoluído facilmente para a condição fetichista de mercadoria sob o regimento do "Deus dinheiro".

Nas religiões de matriz afro-pindorâmicas a terra, ao invés de ser amaldiçoada, é uma Deusa e as ervas não são daninhas. Como não existe o pecado, o que há é uma força vital que integra todas as coisas. As pessoas, ao invés de trabalhar, interagem com a natureza e o resultado dessa interação, por advir de relações com deusas e deuses materializados em elementos do universo, se concretizam em condições de vida.

1.2.3 MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

As manifestações culturais dos povos eurocristãos monoteístas geralmente são organizadas em uma estrutura vertical com regras estaticamente pré-definidas, número limitado de participantes classificados por sexo, faixa etária, grau de habilidade, divididos em times e/ou equipes, segmentadas do coletivo para o indivíduo (onde o talento individual costuma ser mais valorizado que o trabalho em equipe) e em permanente estado de competitividade. As competições são praticadas em espaços delimitados e arbitradas por um juiz, aos olhos de torcedores e simpatizantes que devem participar com vaias e/ou aplausos.

As manifestações culturais dos povos afro-pindorâmicos pagãos politeístas são organizadas geralmente em estruturas circulares com participantes de ambos os sexos, de diversas faixas etárias e número ilimitado de participantes. As atividades são organizadas por fundamentos e princípios filosóficos comunitários que são verdadeiros ensinamentos de vida. É por isso que no lugar dos juízes, temos as mestras e os mestres na condução dessas atividades. As pessoas que assistem, ao invés de torcerem,

Colonização, Quilombos: modos e significações

podem participar das mais diversas maneiras e no final a manifestação é a grande vencedora, porque se desenvolveu de forma integrada, do individual para o coletivo (onde as ações e atividades desenvolvidas por cada pessoa são uma expressão das tradições de vida e de sabedoria da comunidade).

Observando o conteúdo organizativo e os regramentos que governam essas diferentes modalidades, logo podemos perceber que as manifestações de matriz eurocristã monoteísta trabalham o coletivo de forma segmentada e as manifestações afro-pindorâmicas politeístas trabalham o indivíduo de forma integrada. Um exemplo ilustrativo é a diferença entre o futebol (criados pelos ingleses, um povo de cosmovisão monoteísta) e a capoeira (criada pelos povos afro-pindorâmicos, de cosmovisão politeísta).

O jogo de futebol é regido por regras estáticas e pré-definidas, onde vinte e duas pessoas jogam, uma pessoa julga e milhares de pessoas assistem. Pode ocorrer que entre as pessoas que assistem exista alguém que jogue melhor que uma das vinte e duas pessoas que estão jogando. Mesmo assim dificilmente esse alguém poderá entrar no jogo.

Numa roda de capoeira, regida pelos ensinamentos de vida, podemos ter cinquenta pessoas jogando, uma pessoa ensinando e pouquíssimas assistindo. Entre as poucas pessoas que assistem pode haver alguma que nunca viu a capoeira. No entanto, se esta quiser, ela pode entrar na roda e jogar.

Uma pessoa de qualquer sexo e de qualquer idade que não conheça nenhuma das duas modalidades tem muito mais probabilidade de ser convidada para entrar numa roda de capoeira que num jogo de futebol. Essa lógica excludente do futebol e inclusiva da capoeira estão presentes no dia a dia e fazem parte do processo organizativo da coletividade. Eis a importância das cosmovisões na organização das sociedades.

Após apresentarmos algumas das principais diferenças entre a cosmovisão cristã monoteísta e a cosmovisão pagã politeísta dentro de uma perspectiva comparativa, vamos agora analisar os efeitos dessas diferenças em contextos históricos mais específicos, relativos ao contato entre esses povos.



Fogo!...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando

Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.

Nego Bispo

CAPÍTULO 2

GUERRAS DA COLONIZAÇÃO

Até o momento dialogamos usando as terminologias eurocristão monoteísta e afro-pindorâmico politeísta, isso para fugir um pouco do senso comum na identificação dos povos formadores da sociedade dita brasileira. Não é novidade que esses povos são originários da Europa, da África e das Américas, embora historicamente tenham sido denominados apenas como brancos, negros e índios.

Até então discutimos sobre esse triângulo tentando raciocinar a partir das matrizes culturais filosóficas e cosmovisivas de cada um desses povos, estabelecendo os paralelos necessários. A partir de agora, vamos debater as mesmas matrizes culturais em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico. Para tanto, usaremos as denominações colonizadores e contra colonizadores.

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma

cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios.

Assim sendo, vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores.

É sabido que o povo da África, ao chegar ao Brasil, imediatamente se rebelou contra os colonizadores, deles escapando de várias maneiras: adentrando-se pelas matas virgens, reconstituindo os seus modos de vida em grupos comunitários contra colonizadores, formando comunidades em parceria com os povos nativos, em determinados casos organizados como nômades, outras vezes ocupando um território fixo.

Para essas comunidades contra colonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou os longos períodos de festividades.

No período colonial, tais comunidades foram denominadas pelos colonizadores como Mucambos, Quilombos, Retiros, etc., e consideradas pela legislação vigente como organizações criminosas.

Essas comunidades, pelo grau de enfrentamento que ofereceram aos colonizadores, ganharam repercussão histórica até os dias atuais. Vale

ressaltar que os Quilombos permaneceram como organizações criminosas desde o início da colonização do Brasil até a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil.

Após esse período, o termo Quilombo caiu em desuso, juntamente com a legislação que os criminalizava. Porém a criminalização e a violência contra essas comunidades permaneceram, tendo como alvo seus modos de vida, suas expressões culturais e seus territórios, isto é, as suas formas de resistência e de auto-organização comunitária contra colonial.

Um exemplo bastante ilustrativo da continuidade da perseguição aos Quilombos é o Capítulo XIII — Dos Vadios e Capoeiras do Código Penal da República, instituído pelo Decreto de No 847 de 11 de outubro de 1890, que proibiu e criminalizou a prática da capoeira, ainda na fase de implantação da República, durante o governo provisório, antes mesmo da promulgação da primeira constituição republicana e apenas dois anos após a abolição da escravatura. Destaca-se que era considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta, prevendo pena em dobro caso fosse chefe ou cabeça do grupo, além de deportação após cumprimento da pena, caso fosse estrangeiro (leia-se africano).

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias, com armas e instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo terror de algum mal:

Pena — de prisão cellular de dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circunstancia agravante pertencer a capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência, será aplicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Parapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou a segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes.

Com a promulgação da primeira constituição republicana, em 24 de fevereiro de 1891, todos os analfabetos, em sua imensa maioria negros e índios, perderam o direito ao voto e o direito de serem eleitos, assim como também foram cerceados o direito de falarmos as nossas línguas, de praticarmos os nossos cultos, de festejarmos, etc., criminalizando e/ ou impondo uma série de dificuldades para mantermos vivos todos os símbolos e as significações dos nossos modos de vida.

Tamanha foi a opressão sofrida nesses tempos que durante todo o período republicano (1889-1930), assistimos no Brasil a eclosão de inúmeros conflitos e rebeliões, inclusive no interior da própria organização político-social dos colonizadores como, por exemplo, a Revolta da Chibata (1910), a Revolta dos Tenentes (1922) e a Revolta de 1924 que se desdobrou na Coluna Prestes.

O acúmulo dessas tensões sociais foi, aos poucos, minando a organização político-social dos republicanos que, em 1930, sofreram um golpe militar, dando início ao chamado Governo Provisório que, mais tarde, irá dar lugar ao período que ficou conhecido como Estado Novo e/ ou Ditadura Vargas.

Durante o Estado Novo (1937-1945), em especial, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas fez um acordo com os Estados Unidos, enviando soldados brasileiros para guerrear a favor dos ditos "aliados", em troca de apoio na industrialização do país e no reaparelhamento das forças armadas brasileiras. O mais estranho é que os soldados brasileiros foram enviados para a Europa para combater o holocausto do povo judeu, enquanto no Brasil a sua força era utilizada para promover a expropriação territorial e o genocídio das populações tradicionais que aqui residiam.

Nesse período é implantado no Brasil o Ministério da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o Conselho Nacional do Petróleo, a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, entre outras grandes empresas e órgãos estatais.

Foram tais mudanças e incrementos que, mais tarde, tornariam viável o rápido e acelerado processo de degradação e expropriação territorial seguida da conformação de grandes latifúndios voltados à monocultura de exportação, a urbanização e a industrialização desenfreados, característicos do desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. Processo esse iniciado no Estado Novo, intensificado na República Nova (1945-64), período em que os historiadores localizam o surgimento da ideologia desenvolvimentista, e elevado a patamares de destruição e violência inimagináveis na Ditadura Militar (1964-1985) e no que hoje os colonizadores chamam de Estado Democrático de Direito (1985-Atual).

Vale ressaltar que mesmo tendo ocorrido conflitos no interior da organização político-social dos colonizadores, esses sempre se fizeram no campo de disputa da gestão e não no campo de disputa ideológica. Tanto é que os colonizadores mudavam a denominação das suas organizações

político-administrativas, mas a estrutura não sofria modificações, já que as mesmas práticas de violência, de subjugação, de invasão, de expropriação e de etnocídio se repetiram em todas as gestões, independentemente dos conceitos por eles apresentados.

Cumprir observar que os acordos firmados por Getúlio Vargas foram posteriormente reafirmados e ampliados pela Ditadura Militar, com mais um agravante. Na Ditadura Militar, além dos confrontos físicos, aconteceu também um confronto sutil, porém muito mais sofisticado que envolveu os mais diversos setores da sociedade brasileira. Falo da tentativa de desmantelamento e de substituição compulsória dos saberes tradicionais, transmitidos oralmente de geração a geração, por meio da imposição dos saberes acadêmicos transferidos através da linguagem escrita. A partir de então, o acesso à linguagem escrita que sempre foi negado às comunidades contra colonizadores, lhes foi oferecido como oportunidade de "melhoria" das suas condições de vida.

É bom lembrar que no final da Segunda Guerra Mundial a maior parte da população brasileira ocupava os seus territórios tradicionais e era, por isso, chamada de população rural. Nesses territórios, reproduziam os seus saberes tradicionais através das mais diversas oficinas, sempre coordenadas por mestras e mestres de ofício. Por conta disso, quase tudo que se precisava para bem viver era feito e refeito no próprio território.

Como tínhamos nesse período cerca de dois terços das pessoas morando no campo e um terço ou menos morando nas pequenas cidades, podemos afirmar, com segurança, que o que se produzia em cada território tradicional abastecia as suas populações e o excedente era suficiente para abastecer as pequenas cidades. Além disso, o abastecimento era feito através dos transportes de tração animal. Isso significa dizer que toda essa produção e o seu transporte eram desenvolvidos através dos saberes e ofícios tradicionais.

No período chamado de pós-guerra tanto os ditos vencedores quanto os perdedores ficaram com um grande acúmulo de tecnologia e maquinários desenvolvidos prioritariamente para fins bélicos, o que chamarei aqui de lixo da Segunda Guerra Mundial. Entre os maquinários estão os tanques, caminhões, tratores, tanto voltados para abertura de estradas, quanto para a mecanização da produção agrícola. Também sobrou a tecnologia agroquímica da monocultura do trigo e outras monoculturas desenvolvidas para a produção em ciclos curtos e em larga escala. Então, vem a pergunta: o que fazer com todo esse lixo?

Essa pergunta me faz compreender o que no Brasil foi chamado de "Revolução Verde". Pois bem, os detentores do lixo da Segunda Guerra Mundial precisavam vender esse lixo para os países em processo de desenvolvimento capitalista e, para isso, precisavam dismantlar toda e qualquer resistência, principalmente as resistências socioculturais e intelectuais. Daí a importância da criação, da ampliação e do fortalecimento das escolas agrotécnicas e dos centros acadêmicos de ciências agrárias.

Esses novos fatores vieram no mesmo pacote iniciado com as negociações de Getúlio Vargas, ou seja, primeiro ofereceram aos povos tradicionais a alfabetização como forma de desqualificar os saberes tradicionais das mestras e dos mestres de ofício. Tanto é que a escolarização que lhes foi ofertada veio totalmente descontextualizada dos modos de vida dessas populações, tendo por finalidade promover um amplo e acelerado processo de êxodo rural e, assim, atender à necessidade de absorção do lixo tecnológico da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que o êxodo rural também atendia a grande demanda por mão de obra nos grandes centros urbanos, esvaziando os territórios tradicionais, enfraquecendo a resistência contra colonizadora e criando as condições publicitárias para a introdução da monocultura mecanizada no setor primário da economia.

Conseqüentemente, assistimos no Brasil uma verdadeira inversão. Ao invés de dois terços da população vivendo no campo, passamos a ter dois terços na cidade. Até porque algumas comunidades que resistiam (e ainda resistem) nos pequenos vilarejos e nos territórios contra colonizadores contíguos às cidades mais antigas do Brasil como, por exemplo, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ e Recife/PE, também passaram a ser classificadas como população urbana. Dentre essas estão os povos ciganos, os povos de terreiro, os caiçaras, os chamados quilombos urbanos, etc.

Com isso quero afirmar que a população passou a ser chamada de urbana muito mais por um processo de imposição e de arbitrariedades. Ou seja, mais uma vez os colonizadores desconsideraram as nossas diversas autodenominações para impor uma denominação exógena e generalizada, a de população urbana.

Então, os colonizadores passaram a defender a tese de o que agora um terço produzia no campo não era mais suficiente para abastecer as cidades, criando-se, assim, as condições para o que era lixo da Segunda Guerra Mundial virasse implementos agrícolas no Brasil. Os caminhões criados para transportar soldados agora se faziam necessários para transportar os trabalhadores. A produção em ciclos curtos e larga escala, inclusive os venenos utilizados como desfolhante para combater a capacidade de camuflagem dos adversários, foram reaproveitados na monocultura para combater as "ervas daninhas". Assim, compulsoriamente, todo o lixo da Segunda Guerra Mundial transformou-se no grande pacote agroquímico dos tempos atuais.

2.1 GUERRA DAS DENOMINAÇÕES

No capítulo anterior fizemos referência à imposição de denominações exógenas como instrumento de domesticação e/ou de interferência nos comportamentos. Quando os colonizadores chegaram ao Brasil e em outros territórios que colonizaram, eles se denominavam portugueses, fidalgos, senhores de engenho, entre outras denominações, e chamavam a sua organização social de Império Ultramarino Português. Essa denominação foi por eles utilizada durante todo o período da escravização. Nesse mesmo período, a organização dos contra colonizadores era por eles denominada de Quilombos.

Com o fim da escravidão e queda do Império Português, os colonizadores passaram a se denominar brasileiros, coronéis, fazendeiros, etc., e a chamar a sua organização social de República e, posteriormente, de Estado Novo. Paralelamente, nesse mesmo período, os colonizadores também passaram a denominar diversas organizações das comunidades contra colonizadoras de agrupamentos messiânicos.

Como nos comprometemos para a escrita desse livro analisar a relação entre passado, presente e futuro por meio de referências cruzadas, é dizer, pelo método da interlocução, faremos aqui alguns comentários sobre a trajetória de determinadas comunidades contra colonizadores, começando por uma comunidade chamada Caldeirões, localizada na região do município de Crato, Estado do Ceará.

Em seguida, apresentaremos alguns comentários sobre a trajetória de Canudos/BA, Pau de Colher/BA/PI, Quilombo de Palmares/AL e as chamadas comunidades tradicionais da atualidade, estabelecendo entre elas alguns paralelos dialógicos e tecendo breves comentários sobre a interlocução dessas comunidades com as denominações Império Português Ultramarino, República, Estado Novo e, por fim, Estado Democrático de Direito.

2.1.1 CALDEIRÕES

A Comunidade de Caldeirões se constituiu a partir do ano de 1889, com a chegada de um grupo de pessoas negras ao Estado do Ceará, na região do município de Crato. Dentre elas se destacaram, além de outras, Severino e José Lourenço.

Há quem diga que Caldeirões era apenas uma comunidade religiosa apadrinhada por Padre Cícero Romão Batista. De fato, o que sabemos é que Padre Cícero contribuiu para que essa comunidade tivesse acesso às terras de um fazendeiro via um contrato de arrendamento por ele intermediado e que Padre Cícero impôs como condição para o seu apoio a catequização do povo de Caldeirões.

Como a comunidade desenvolveu rapidamente um processo territorial e organizativo que lhes garantiu a autossuficiência e a emancipação das suas vidas, isso incomodou os colonizadores, fazendo com que o fazendeiro rompesse o contrato de arrendamento, despejando o povo sem qualquer indenização.

O povo, então, recorreu à Padre Cícero que entendia que a comunidade deveria retirar-se da terra em respeito ao alheio, apresentando como solução a realocação da comunidade para uma área que, por doação, pertencia à igreja do Crato e era conhecida pelo nome de Caldeirões. Novamente, a comunidade em um curto espaço de tempo atingiu a autossuficiência.

Assim como nas demais comunidades contra colonizadoras, em Caldeirões o território era de uso comum e o que nele se produzia pertencia a todos e era redistribuído aos comunitários de acordo com as necessidades de cada um.

Essa comunidade se desenvolveu de tal maneira que na seca de 1932 (uma das maiores secas da história do Nordeste), a comunidade que já tinha

uma grande população abrigou mais cinco mil pessoas encaminhadas por Padre Cícero. Segundo pessoas ainda vivas na região, foi à época um dos poucos lugares do semiárido nordestino onde o povo nunca sofreu fome.

Consta que, após sua morte, Padre Cícero deixou em seu testamento as terras de Caldeirões para a Congregação dos Salesianos que logo se aliou aos fazendeiros, coronéis e demais detentores do poder, para que os chamados republicanos, munidos dos seus exércitos, atacassem Caldeirões.

Antes de empreenderem um ataque propriamente militar, os colonizadores enviaram um soldado que se apresentou em Caldeirões como um industrial para investigar a vida da comunidade. Dessa maneira, os colonizadores descobriram que o povo de Caldeirões não usava armas e que essa era a grande discordância entre José Lourenço e Severino.

José Lourenço havia se comprometido com o Padre Cícero a fazer um trabalho de beatificação e Severino era uma espécie de relações externas que fazia visitas regulares a outras comunidades, entre elas Pau de Colher no município de Casa Nova, Estado da Bahia, próximo à divisa com o Estado do Piauí.

A partir daí, Caldeirões passou a sofrer vários ataques, sob a acusação de ser um agrupamento de fanáticos religiosos. Vieram as ordens para que deixassem as terras e levassem todos os seus pertences. Ao que a comunidade respondeu que não poderia levar nada, pois tudo que tinha lá pertencia a todos e se alguém levasse sozinho estaria roubando.

Por não acatarem essas ordens, a comunidade sofreu um grande saque feito pela polícia e pelas milícias coordenadas pelos coronéis. Após esse saque, seguiram-se outros, e a comunidade conseguiu resistir aos vários ataques. Até que no ano de 1937 o exército brasileiro, através de sua aviação, bombardeou covardemente toda a comunidade.

Após o bombardeio, os colonizadores ainda atearam fogo nos corpos e no que restou das casas, pomares, plantações e benfeitorias do território de Caldeirões com o intuito de eliminar todos os símbolos e significações daquele modo de vida e, posteriormente, expropriar o território do povo de Caldeirões.

21.2 CANUDOS

Não há dados precisos sobre quando se deu o surgimento de Canudos. Estima-se que essa comunidade surgiu no ano de 1874, no município de Canudos/BA, tendo sido desmantelada em 1897.

Como Canudos se organizava?

O povo de Canudos se relacionava com a terra como um ente gerador da força vital. Os frutos dessa relação não só com a terra, mas com água, a mata e demais elementos da natureza, isto é, com o seu território, eram produtos vitais por serem extraídos através de um processo de cultivos festivos recheados de religiosidade, que eram armazenados e redistribuídos de acordo com as necessidades de cada um.

Do que os colonizadores, os ditos republicanos, acusavam Canudos?

Ao denominá-los como uma comunidade de fanáticos messiânicos, a acusavam de ser um bando de pessoas sem disciplina social, sem senso da moral e dos bons costumes, portanto, uma ameaça à integridade moral, social, econômica e cultural da República.

Como Canudos foi atacado?

Canudos foi atacado inúmeras vezes por frentes militares fortemente armadas. No entanto, diferentemente de Caldeirões, Canudos havia se armado, mas as armas de Canudos eram utilizadas com o sentimento de defesa.

Mesmo sendo o povo de Canudos estrategista e muito habilidoso no uso dessas armas, acabaram sendo totalmente aniquilados. Após derrotarem Canudos, os republicanos também atearam fogo no que restou das casas, pomares, plantações e benfeitorias do território de Canudos com o intuito de expropriar o território e eliminar todos os símbolos e significações daquele modo de vida.

2.1.3 PAU DE COLHER

A comunidade de Pau de Colher surgiu no início dos anos 30 do século passado, no município de Casa Nova, na divisa do Estado da Bahia com o Piauí. Foi desmantelada no início dos anos 40, durante o período ditatorial do Estado Novo.

Em que Pau de Colher se parece a Canudos e Caldeirões?

O povo de Pau de Colher possui uma relação comunitária e biointerativa com os elementos da natureza muito próxima, melhor dizendo, estruturalmente idêntica às práticas desenvolvidas pelo povo de Canudos e de Caldeirões.

Do que o povo de Pau de Colher foi acusado?

Assim como Canudos e Caldeirões, além de fanatismo religioso, o povo de Pau de Colher foi acusado de ser um bando de pessoas sem disciplina social, sem senso de moral e dos bons costumes, portanto, uma ameaça à integridade moral, social, econômica e cultural dos colonizadores, os ditos getulistas do Estado Novo.

Diferentemente de Caldeirões, o povo de Pau de Colher, assim como o povo de Canudos, estava materialmente armado. Apesar de suas armas não terem um grande poder de destruição, tinham um poder de defesa

altamente sofisticado. O povo de Pau de Colher estava armado apenas com cacetes, por isso o nome de "Guerra dos Caceteiros". Esses cacetes, apesar de rústicos, eram manejados com tanta habilidade que permitia aos caceteiros desarmarem os seus opositores, desencadeando um pânico generalizado na região, de tal forma que foi necessário à união das polícias da Bahia, do Pernambuco e do Piauí para os desmantelarem.

Assim como em Canudos e Caldeirões, os colonizadores atearam fogo no território de Pau de Colher com o intuito de destruir os símbolos e significações dos seus modos de vida e posteriormente, expropriar o seu território, o que só conseguiram fazer parcialmente. Ainda hoje alguns dos sobreviventes dessa guerra residem em Pau de Colher.

Como moro na Comunidade Quilombola Saco-Curtume, no município de São João do Piauí/PI, região de onde saíram muitas pessoas para viver em Pau de Colher, para mim não é difícil encontrar quem fale do assunto. Mesmo assim, entendi que precisava visitar o local da guerra, onde tive a oportunidade de conversar com Dona Ângela Alves do Nascimento que participou da guerra e ainda reside em Pau de Colher. Teremos, portanto, a possibilidade de dialogar com a fala de uma das guerreiras sobreviventes que nos ajudará a compreender o grau de sandice e de perversidade dos ataques dos colonizadores. Ela me disse o seguinte:

Nasci e me criei aqui em Pau de Colher, tenho 84 anos e morei no acampamento. Sou sobrinha de Senhorinho, e também conheci muito bem o Sr. Quinzeiro. Eles é que ajeitavam o povo. Nós vivíamos sossegados, até que começaram a nos atacar, dizendo que nós não podíamos viver aqui. Contavam muita mentira. Diziam até que o Sr. Quinzeiro tinha um torrado que as pessoas cheiravam e ficavam iludidas, e os acompanhavam para onde eles fossem. Diziam também que se a pessoa não os acompanhasse não adiantava nada, porque



Dona Ângela, Pau de Colher, 2011.
Fotos: Arquivo pessoal Nego Bispo

Dona Ângela mostrando a cicatriz da bala que atingiu a ela e a sua irmã na guerra dos Caceteiros



eles levavam na marra. Tudo mentira. A gente acompanhava era porque a gente queria. Eu mesma fui porque quis e até gostava de viver lá. Foi quando eles chegaram nos atacando. Aí a guerra foi grande, porque nós resolvemos lutar também. Eles cercaram o acampamento e disseram que as mulheres e as crianças podiam correr. Eu tinha onze anos e tinha uma irmã pequena, de colo. Peguei minha irmã e saí correndo. De repente senti escorrendo uma coisa no meu corpo. Quando eu vi, era sangue. Olhei para minha irmã, ela estava morrendo nos meus braços. Larguei-a no chão e continuei correndo. Senti uma grande dor no meu braço, quando olhei foi que notei que a bala que matou minha irmã também atravessou o meu ombro.

Mas eu consegui escapar mesmo assim, eu e uma turma. Nós corremos e ficamos escondidos no mato, só escutávamos o tiroteio. Era bala de todo lado. Depois que mataram todo mundo, aí nós percebemos um grande incêndio. Era eles queimando tudo o que a gente tinha, depois botaram gasolina e queimaram os corpos, porque eles mataram tanta gente que não tinha como e nem quem enterrasse. Quando acalmou, voltamos para organizar as nossas vidas. Ainda tentaram de tudo para tomar a nossa terra, mas estamos aqui.

Foi muito triste, para ter uma ideia, depois que tudo passou, só na roça que era do meu tio Senhorinho foram achadas mais de duas mil cabeças de pessoas queimadas. E ainda hoje, quando a gente ara a terra, encontra algumas coisas, objetos pessoais, pedaço de osso, enfim, olha eu nem gosto de falar nisso, acho melhor tocar a vida pra frente.

Como em Canudos e Caldeirões, o que aconteceu em Pau de Colher foi o escandaloso crime de etnocídio. Todas essas pessoas foram executadas sem que se registrasse qualquer denúncia contra elas. E mesmo que tivessem sido denunciadas e que essas pessoas tivessem sido julgadas e condenadas, ainda assim não poderiam ser executadas, porque no Brasil não existe pena de morte.

Nesse sentido, segundo o caráter resolutivo do livro, conclamo a sociedade, as organizações de Direitos Humanos e o Estado que tem obrigação legal e moral de defender e de proteger a vida, a investigar este crime, assim como estão fazendo com a Guerrilha da Araguaia, fazer repercutir essas e tantas outras atrocidades, para que isso nunca mais aconteça.

2.1.4 QUILOMBO DOS PALMARES

O Quilombo de Palmares, localizado no atual município de União dos Palmares, Estado de Alagoas, surgiu no início da colonização e foi desmantelado, segundo a historiografia oficial, no ano 1695.

Em que Caldeirões, Canudos e Pau de Colher se parecem com Palmares?

O povo de Palmares, assim como o povo de Canudos, Caldeirões e Pau de Colher, se relacionava com a terra como um ente gerador da força vital e os frutos dessa relação não só com a terra, mas com água, a mata e demais elementos da natureza, isto é, com o seu território, eram produtos vitais por serem produtos extraídos através de um processo de cultivos festivos recheados de religiosidade. Pois esse povo recém-chegado da África, aliado aos povos nativos daquela região, tinham muito forte os seus elementos religiosos e, portanto, o seu jeito de pensar, viver e sentir era alimentado pela cosmovisão politeísta, conforme comentamos no primeiro capítulo do livro.

Do que Palmares foi acusada? De ser um bando de selvagens, sem religiosidade, sem civilização e sem cultura e que por isso, assim como Canudos, Caldeirões e Pua de Colher, ameaçavam a integridade moral, social, econômica e cultural dos colonizadores.

Como Palmares foi atacada?

Segundo os historiadores, Palmares foi atacada por frentes militares que portavam armas com poder de destruição muitas vezes maior que o poder de defesa das armas da população palmarina. Isso significa dizer que a ciência que operava na construção das armas dos colonizadores era tecnologicamente desenvolvida com o objetivo de extinguir toda e qualquer resistência. E o saber que desenvolveu as armas do povo de Palmares era

um saber vital voltado para a construção de equipamentos de defesa e de perpetuação da vida. Tanto é que o povo de Palmares, quando contratabava, não tinha como objetivo aniquilar os colonizadores e sim libertar o seu povo para o fortalecimento e o florescimento da sua organização.

Assim como em Canudos, Caldeirões e Pau de Colher, os colonizadores não se contentaram com o aniquilamento do povo e o dismantelamento da organização de Palmares, ateando fogo em tudo aquilo que poderia simbolizar ou significar os seus modos de vida.

2.1.5 ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Quando os colonizadores atacaram Palmares, eles autodenominavam a sua organização como Império Ultramarino e denominavam a organização de Palmares e de outras comunidades semelhantes como Quilombos.

Quando atacaram Canudos, Caldeirões e Pau de Colher eles autodenominavam a sua organização como República e, posteriormente, como Estado Novo, e denominavam a organização dessas comunidades contra colonizadoras como agrupamentos fanáticos messiânicos.

O que podemos então concluir dessas histórias? Qual a diferença entre Palmares, e as comunidades de Canudos, Caldeirões e Pau de Colher?

Os Quilombos eram acusados de não ter religião e as comunidades ditas fanáticas messiânicas, como bem se vê, de serem excessivamente religiosas.

O que podemos perceber é que, independentemente da religião que essas comunidades professavam (no caso de Palmares uma religiosidade de matriz africana e no caso de Canudos, Caldeirões e Pau de Colher uma religiosidade pejorativamente chamada de "messiânica"), os colonizadores

sentiam-se, tanto num caso quanto no outro, ameaçados pela força e sabedoria da cosmovisão politeísta na elaboração dos saberes que organizam as diversas formas de vida e de resistência dessas comunidades, expressas na sua relação com os elementos da natureza que fortalece essas populações no embate contra a colonização.

2.1.6 COMUNIDADES TRADICIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Em que Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher se parecem às comunidades tradicionais contemporâneas?

Hoje ainda encontramos muitas comunidades praticando relações de vida estruturalmente semelhantes às praticadas por Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher e sendo igualmente atacadas nos mais diversos lugares das Américas. Poderíamos citar aqui inúmeros casos de violência praticados pelo grande capital, nacional e internacional, estatal e privado, mas nos ateremos a alguns poucos exemplos, apenas para ilustrar quão grave é a situação que vivemos no Brasil.

Nos anos quarenta do século passado, o governo do Estado do Espírito Santo concedeu à Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) dez mil hectares de terras que pertenciam aos índios Tupiniquins e aos índios Guarani Mbya, na região do município de Aracruz, litoral norte do Espírito Santo, sob a alegação de que se tratava de "terras devolutas". O território indígena expropriado foi utilizado para a exploração da madeira na produção de carvão vegetal.

As atividades da empresa acabaram por atrair também alguns posseiros com os quais os índios passaram a conviver, até onde se sabe, sem grandes conflitos, pois o pior ainda estava por vir.

Em 25 de janeiro de 1967 um grupo de empresários, atraídos pelos incentivos e vantagens fiscais oferecidos pelo governo do Estado do Espírito Santo, fundaram na região a empresa Aracruz Celulose S/A que cresceu rapidamente, dando início a um drástico processo de derrubada das matas nativas para o estabelecimento da monocultura do eucalipto em larga escala — inicialmente para a produção de carvão de siderurgias e posteriormente para a produção de celulose.

Determinada a expandir suas atividades de forma acelerada e predatória, a empresa passou a explorar também outros municípios da região, invadindo e expropriando territórios dos índios Tupiniquins, dos índios Guarani Mbya e dos quilombolas de Sapé do Norte (formado por trinta e duas comunidades quilombolas).

Só para se ter uma pequena ideia do ritmo acelerado e devastador da exploração dos recursos florestais no Estado do Espírito Santo, segundo os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, em 1950, 66,3% do território capixaba eram cobertos por matas nativas, ao passo que em 1970 esse total caiu para 8,5%.¹¹

A destruição desta rica floresta significou para os índios Tupiniquins, os índios Guarani Mbya e os quilombolas de Sapé do Norte a expropriação de grande parte dos seus territórios tradicionais, a perda de uma riquíssima diversidade biológica e mesmo dos recursos hídricos, antes abundantes na região, desencadeando inúmeros conflitos fundiários, fome, miséria e drástica redução da população residente.

Em setembro de 2009, a Aracruz Celulose fundiu-se com o grupo Votorantim Celulose e Papel, tornando-se a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, respondendo por 24% da oferta mundial

¹¹ Cf. LOUREIRO, Klítia. 2006.

do produto. Valendo-se da mesma estratégia colonizadora, conforme já comentamos, após a fusão, a empresa passou a se chamar Fíbria.

Em novembro do mesmo ano, período em que o povo negro reverencia Palmares e marcha em luta contra a opressão e o racismo, pouco mais de um mês após a empresa mudar de nome, o governo do Estado do Espírito Santo realizou uma operação policial contra os quilombolas da comunidade de São Domingos do Norte, acusados de roubo de eucalipto pela ex-Aracruz Celulose, recém denominada Fíbria

Para a operação, o governo do Estado do Espírito Santo disponibilizou um verdadeiro aparato de guerra, com cerca de 100 policiais das tropas especiais de choque e do grupo de apoio operacional da Polícia Militar, todos fortemente armados, munidos de cavalos e cachorros treinados. Segundo denúncias, a polícia recebeu ainda apoio de funcionários da empresa, além de utilizar como base um local próximo às instalações da Fíbria (ex-Aracruz Celulose).

Mesmo sem provas, cerca de quarenta pessoas do Quilombo de São Domingos do Norte foram presas, transportadas em ônibus e em camburões de dentro da comunidade, que fica na zona rural do município de Conceição da Barra/ES, para a delegacia do município de São Mateus/ES, distante cerca de 40 km da comunidade. Ficaram detidas das 9 às 18 horas, sem alimentação e sem possibilidade de contato com familiares, advogados ou com outros órgãos públicos.

Além de presos ilegalmente, algemados sem motivo e transportados para outro município, os quilombolas de São Domingos do Norte tiveram seus celulares apreendidos e foram fotografados. Não se sabe, entretanto, qual a finalidade dessa identificação fotográfica, já que ela não foi incluída no inquérito policial, segundo investigações do Ministério Público Federal.

Depois de um intenso interrogatório, já no início da noite, todos foram liberados por falta de provas, mas não tinham como voltar para suas casas, porque não havia ônibus regulares e várias pessoas sequer tinham dinheiro para custear a passagem. Caso fizessem o trajeto a pé, gastariam mais de cinco horas. Como essas pessoas foram conduzidas pela polícia à delegacia do município vizinho, o mínimo que se esperava é que fossem levados de volta para suas casas ou, pelo menos, até a delegacia do seu município de origem, o que não ocorreu.

Durante essa mesma operação, a polícia foi à casa de uma das lideranças da comunidade e a acusou de participar da "máfia das madeiras", aplicando-lhe uma multa de três mil e seiscentos reais sob a alegação de ter encontrado na região um único forno para a produção de carvão. Em seguida, jogou os móveis da sua casa no chão e levou a família inteira para a delegacia. Segundo investigações do Ministério Público, antes do ocorrido já haviam sido registradas outras duas ações semelhantes contra a família dessa mesma liderança¹².

As famílias quilombolas que vêm conseguindo resistir ao massacre dessa empresa encontram-se atualmente em permanente situação de insegura, vivendo em pequenas clareiras em meio à imensidão de eucaliptóis, em grave situação de vulnerabilidade. Existem inúmeras queixas e denúncias registradas contra essa empresa e contra os abusos e irregularidades cometidos pelo governo do Estado do Espírito Santo no tratamento da questão, mas a justiça devida aos povos indígenas e às comunidades quilombolas impactadas pela Fíbria, ex-Aracruz Celulose, ainda não foi alcançada.

¹² Fonte: <http://seculo-diario.jusbrasil.com.br/politica/6191714/mpf-es-requer-r-200-mil-de-indenizacao-a-quilombolas-presos-arbitrariamente>.

Outro caso de violência que causou (e ainda causa) perplexidade e indignação à população brasileira e a comunidade internacional é a forma truculenta como se deu o processo expulsão compulsória dos quilombolas para a implantação da Base Aérea de Alcântara, no Estado do Maranhão.

No ano de 1979 foi aprovada pelo governo federal a criação da Missão Espacial Completa Brasileira — MECB, com o objetivo de estabelecer no Brasil a competência de gerar, projetar, construir e operar um programa espacial completo, com características de grande porte e longo prazo, tanto na área de satélites e de veículos lançadores, como de centro de lançamento. Após a realização de estudos, a região da península do município de Alcântara, no Estado do Maranhão, foi indicada como o local mais adequado para implantação da base de lançamentos.

Assim, no ano de 1980, por meio do Decreto Estadual 7.820/80, foram desapropriados, de forma autoritária e sem qualquer diálogo com as famílias quilombolas diretamente afetadas pela desapropriação, 52 mil hectares do território das comunidades quilombolas de Alcântara.

No ano de 1986, as famílias quilombolas que residiam no território desapropriado, em sua maioria pescadores artesanais que viviam da pesca, foram compulsoriamente removidas para as chamadas agrovilas, construídas em um local distante do mar e de maneira totalmente desconectada das necessidades e características da população remanejada. Consequentemente, essas famílias tiveram grande dificuldade de adaptação, pois antes, quando viviam em seu território tradicional, grande parte das atividades cotidianas eram ligadas à pesca marítima e à pesca nos pequenos igarapés (abundantes no território desapropriado e praticamente inexistentes na agrovila), o que acabou gerando conflitos, fome, miséria e êxodo para a periferia dos centros urbanos.

No ano de 1991 o governo federal, por meio de um Decreto Presidencial, desapropriou outros 10.000 hectares do território tradicional

dos quilombolas de Alcântara, mais uma vez de forma totalmente autoritária e sem qualquer diálogo com as famílias diretamente afetadas, desrespeitando direitos territoriais assegurados pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Ainda hoje, as famílias quilombolas sequer tem o direito de transitar nos 62 mil hectares expropriados para a implantação da Base Aérea de Alcântara e vivem sob constante ameaça de perda de outras áreas do seu território para os militares.

Infelizmente, os casos aqui relatados não se constituem como exceção, mas sim como regra. Poderíamos citar infindáveis exemplos como o Projeto Grande Carajás da Vale¹³ de exploração mineral numa área correspondente a 900 km², ou seja, um décimo de todo o território brasileiro, que afeta a vida de inúmeras comunidades, dentre essas os povos indígenas Timbira (Apinajé, Gavião-Pykobje, Gavião-Parkateje, Krikati) e os Surui-Aikewara; o projeto de implantação do Sistema Ferroviário Transnordestina que, associado aos empreendimentos que virão ao seu reboque como a expansão da fronteira agrícola da soja e da cana-de-açúcar, hidrelétricas e exploração mineral, causarão impactos brutais a toda população nordestina; o projeto de Transposição do Rio São Francisco; o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; o projeto de construção dos Estaleiros de Camaçari/BA; a exploração mineral da empresa canadense Kinross em Paracatu/MG; e toda uma série de desastres ambientais, sociais e culturais, sofridos e anunciados.

O Estado do Piauí, lugar onde nasci, historicamente tem sido visto e tratado como um dos estados mais "atrasados" da federação, isto é, do ponto de vista dos colonizadores e da ideologia do progresso e do desenvolvimento.

¹³ A empresa Vale é a antiga estatal Companhia Vale do Rio Doce.

Acredito que seja exatamente por isso que o Piauí seja um dos estados que mais tem preservado os territórios e as territorialidades das populações tradicionais, porque historicamente o eixo do desenvolvimentismo e os investimentos de maior vulto do grande capital concentravam-se prioritariamente nas regiões Sul e Sudeste do país.

No entanto, como o grande capital tem uma necessidade premente de se expandir, o Estado do Piauí encontra-se atualmente em grande ameaça. O discurso midiático do atual governo diz ter atraído para o Piauí grandes grupos de investidores que aqui farão seus megaprojetos, os chamados "empreendimentos", e os cita: cinco hidrelétricas no Rio Parnaíba; instalação do Polo Industrial da Suzano Celulose; exploração de minério por grandes mineradoras como a Vale, GME4/Bemisa e outras; monocultura irrigada de cana de açúcar, soja, fruticulturas, etc., sendo esse processo chamado de última fronteira agrícola dos cerrados.

Somado a tudo isso, também está em construção a Ferrovia Transnordestina, exclusivamente voltada para o escoamento dos produtos de toda essa expropriação. Essa ferrovia sequer fará o transporte de passageiros e/ou dos cultivares das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares do Estado.

Observando os Estudos de Impacto Ambiental desses projetos, os chamados EIA/RIMAS, é possível compará-los à Carta de Pero Vaz de Caminha. Os EIA/RIMAS, ao invés de analisarem os reais impactos socioculturais e ambientais que esses projetos causarão ao meio ambiente e as população locais, são utilizados como instrumentos ideológicos de promoção da recolonização e é exatamente por isso que prefiro chamá-los de projetos de expropriação.

A situação é muito grave. Será preciso de nossa parte um grande esforço de interpretação dessas novas versões da Carta de Pero Vaz de

Caminha, os chamados EIA/RIMAS, até porque esses estudos são descritos em linguagens bem diferentes das nossas, com o propósito deliberado de nos excluir dos processos de discussão e de tomada das decisões, quando não buscam nos iludir com falsas promessas de melhorias de vida.

Bastaria, aqui, citar a falácia do tão propalado Programa Nacional do Biodiesel do governo federal, lançado no Estado do Piauí no ano de 2005, que se dizia um grande programa de inclusão produtiva e de melhorias das condições de vida dos agricultores familiares.

Quando esse programa foi lançado, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) era proprietária e mantenedora de um grande laboratório de biodiesel tecnologicamente equipado para funcionar como uma fábrica. O Estado do Piauí dispunha de terras devolutas para a implantação do projeto piloto, num Estado formado por milhares de famílias de agricultores que conheciam todas as técnicas tradicionais de cultivo da mamona.

Um bom projeto piloto poderia funcionar da seguinte maneira: os agricultores familiares entrariam com os seus saberes tradicionais de cultivo da mamona, o governo do Estado com as terras, a UFPI com o laboratório para a transformação da mamona em biodiesel e o governo federal, por meio da Petrobras, compraria a produção e todos sairiam ganhando. Por pensarem que assim seria a execução do projeto, quando o programa foi lançado, boa parte da população rural do Piauí aderiu à proposta, esperançosos e otimistas com a iniciativa e seus possíveis resultados.

Infelizmente, o projeto piloto foi executado de maneira bem diferente do que muitos pensavam. O referido projeto teve como laboratório a Fazenda Santa Clara, no município de Canto do Buriti/PI, onde o governo brasileiro não apenas permitiu, mas ofereceu todas as condições para que a Brasil Ecodiesel, executora do projeto, usasse mais de quinhentas famílias de agricultores familiares como cobaias de mais um programa falido da economia monocultora colonial.

Assim, ao invés de uma grande parceria entre universidade, sociedade civil, governos estadual e federal, o que ocorreu foi que a UFPI vendeu o laboratório para a Brasil Ecodiesel, o governo do Estado doou mais de quarenta mil hectares de terra para empresa e o governo federal, não só permitiu como foi o grande incentivador do projeto. E esse não foi o único equívoco. A Brasil Ecodiesel, ao invés de valorizar, de apoiar e de fomentar as técnicas tradicionais de cultivo da mamona, ambicionava criar e desenvolver mais um arsenal tecnológico voltado para a monocultura tipo exportação, à custa do trabalho das famílias atraídas pelo projeto.

Na forma tradicional de cultivo da mamona, as pessoas utilizam uma variedade de mamona que tem o ciclo produtivo de dois anos, geralmente plantada de forma consorciada com outras culturas de ciclo produtivo mais curto, de seis meses a um ano, como o feijão, o milho, a abóbora e outras leguminosas que melhor se adaptam a esse tipo de cultivo. No primeiro ano, é recolhido o cultivo de ciclo menor e parte da mamona. No segundo ano, a mamona fica sozinha, podendo em alguns casos ser consorciada com outras culturas de ciclos curtos, porém no espaçamento adequado ao crescimento e desenvolvimento da mamona. Após os dois anos de ciclo produtivo, a mamona de safra maior é colhida.

A Brasil Ecodiesel, por sua vez, tentou experimentar variedades de mamonas de ciclos de seis meses, consorciadas apenas com o feijão. Como eles não tinham sementes tecnicamente testadas para esse fim, experimentaram uma grande variedade de bagas com o objetivo de desenvolver técnicas de cultivo que atendessem ao critério monocultor de plantação em ciclos curtos e larga escala, para posteriormente desenvolverem a mecanização do plantio. É nesse sentido que afirmo que essa empresa utilizou o povo como cobaia.

Resultado: o experimento comprovou que a mamona não era a oleaginosa mais apropriada para a produção do biodiesel e a Brasil Ecodiesel acabou desistindo do projeto.

Consequências: a universidade perdeu um dos seus melhores laboratórios, a Brasil Ecodiesel ainda é a proprietária legal das terras, os agricultores familiares não tiveram para quem vender a produção, tampouco foram indenizados pelo trabalho perdido e continuam vivendo nas terras que cultivaram, totalmente abandonados pelo Estado e pela empresa, lavrando a terra a partir dos seus saberes tradicionais, plantando feijão, mandioca e outras culturas sem qualquer segurança ou garantia de permanência, lutando pelo o direito às terras que cultivam.

Para não dizerem que o projeto executado pela Brasil Ecodiesel foi apenas um caso isolado no Piauí, poderíamos citar inúmeros casos semelhantes que ocorreram no passado e que, infelizmente, ainda continuam ocorrendo no presente. Citarei aqui um caso recente.

O governo do Estado do Piauí alardeou para a população que a Suzano Celulose tinha planos de se instalar no Piauí, mais precisamente no município de Nazária do Piauí, noticiando que seriam investidos bilhões para implantação de uma unidade de produção de celulose, como previsão para início da operação no ano de 2016.

Praticamente todos os políticos se posicionaram a favor da proposta que encontrou resistência entre a população, mas isso não foi suficiente para arrefecer os interesses políticos que gravitavam em torno do projeto. A mobilização da classe política do Estado foi tão grande a ponto de portarem como se fossem executivos da Suzano Celulose, empenhando-se pessoalmente para atender todas as condições impostas pela empresa. No decorrer desse processo, pessoas foram expulsas de suas posses, comunidades foram deslocadas dos seus territórios e milhares de hectares de mata nativa foram substituídos por eucaliptos.

Foi então que em março de 2013 a Suzano Celulose comunicou que não iria mais se instalar no Piauí, sem sequer explicitar os motivos da desistência, apresentando apenas explicações vagas e genéricas. Os políticos e as autoridades em geral, ao invés de cobrar ações compensatórias pelos danos causados, ficaram choramingando aos pés da empresa.

O Ministério Público no Estado do Piauí foi o único órgão público que teve a iniciativa de questionar a empresa quanto os possíveis prejuízos aos cofres públicos e danos a sociedade piauiense, mas até o presente momento não se tem notícia de que a empresa tenha sido obrigada a realizar qualquer tipo de ressarcimento ou ação compensatória, de ordem material e/ou moral.

Relato aqui essa história para ressaltar a necessidade de explicitamos melhor essas ilusões, falsas promessas e ameaças, convidando-nos a refletir sobre os seguintes desastres ambientais, sociais e culturais anunciados no Estado do Piauí:

I- O projeto de construção de cinco barragens de uso múltiplo (produção de energia e reservatório de água) no Rio Parnaíba que servirão como base de integração dos megaprojetos de exploração mineral e da expansão da fronteira agrícola da monocultura irrigada. Segundo o próprio governo do Estado, a construção dessas barragens poderá transformar mais da metade do Rio Parnaíba em um só Lago, inundando os territórios de inúmeras comunidades tradicionais ribeirinhas, tais como: quilombolas, uebradeiras de coco, pescadores artesanais, vazanteiros, etc.

II- A construção da Ferrovia Transnordestina que, articulada com as barragens, se somará a essa base de integração que mudará a geografia da região, isto é, do semiárido piauiense. Como nessa região as populações tradicionais vivem do extrativismo, da caprinovinocultura e da criação de animais no sistema extensivo, ou seja, soltos no pasto (pois nessa

região o pasto e as florestas são de uso comum, exatamente porque as populações tradicionais, sabiamente, não tem dificuldade de reconhecer que os recursos naturais pertencem a todos), e considerando que a Transnordestina nada mais será que uma ferrovia a serviço exclusivo do agronegócio que funcionará como uma espécie de cerca que dividirá o semiárido ao meio, inviabilizando em muitos lugares a prática de criação de animais soltos, em função dos riscos de acidentes com os vagões, dá para se ter uma pequena ideia do quanto essa via de expropriação desmantelará os modos de vida e as práticas coletivas de um dos mais belos povos e de uma das mais belas culturas da humanidade. Por aí podemos imaginar o que poderá ocorrer com todos os megaprojetos de expropriação que os colonizadores estão querendo nos impor, sem qualquer debate ou reflexão mais profunda sobre as suas drásticas e irreversíveis consequências.

Do que todas essas comunidades são acusadas? De serem povos atrasados, improdutivos e sem cultura, portanto, um empecilho ao avanço e ao desenvolvimento da integridade moral, social e econômica e cultural dos colonizadores.

O que podemos perceber é que essas comunidades continuam sendo atacadas pelos colonizadores que se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado, numa correlação de forças perversamente desigual. Só que hoje, os colonizadores, ao invés de se denominarem Império Ultramarino, denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam, implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência das nossas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significações dos nossos modos de vida.

No caso brasileiro, estando as comunidades no seu campo de resistência, munidas dos seus modos, expressões e significações, agregam

ainda a essa resistência o elemento do direito institucional garantido pela sua luta/enfrentamento na Constituição de 1988. Isso fez com que a colonização ressignificasse a Carta de Pero Vaz de Caminha, hoje traduzida para linguagem dos Estudos de Impactos Ambientais, os chamados EIA/RIMAS. Só que hoje, ao invés de uma carta generalizada, os EIA/ RIMAS aparecem como cartas específicas, na tentativa de pulverizar o enfrentamento.

Por outro lado, as comunidades contra colonizadoras, além das suas tradicionais armas de defesa, aos poucos, vêm se apropriando das armas de ataque dos colonizadores. Apesar disso, infelizmente, na maior parte das vezes as armas tecnológicas são apresentadas com um poder de destruição muitas vezes maior que o poder de defesa e de construção da vida das armas dos direitos legais, as quais muitas vezes as comunidades se apegam e seguem resistindo.

Por tudo isso, os atuais ataques/enfrentamentos podem trazer efeitos muito mais drásticos, tanto para um lado quanto para o outro.

De repente um cheiro
Um cheiro vadio,
Um cheiro de cio,
Cheiro de tesão

De repente um cheiro
Um cheiro úmido De
corpos fecundos
Choveu no Sertão

Nego Bispo



CAPÍTULO 3

BIOINTERAÇÃO

Preciso agora me localizar em algumas experiências vividas, e espero que cada um também se localize de forma parecida.

Eu nasci no ano de 1959 no vale do rio Berlengas, numa comunidade chamada Pequizeiro, que fazia parte do conjunto de comunidades que formavam o povoado Papagaio, hoje município de Francinópolis, Estado do Piauí. Nessa região o uso da terra era demarcado pelas práticas e cultivos. Isso era tão forte entre nós que, apesar das pessoas mais velhas possuírem alguns documentos de propriedade, esses só tinham valor para o Estado. Para nós o que valia era os perímetros que chamávamos de extrema, demarcados pela nossa capacidade de cultivar e de compartilhar. Tanto é que a nossa roça era emendada com tantas outras roças que a chamávamos de roça de todo mundo. E nós podíamos pescar nos riachos e lagos, podíamos extrair frutos nativos e até cultivados, sem precisar pedir permissão a quem os cultivava. A consideração que devíamos era

avisar o que tínhamos extraído. Talvez, por isso, até hoje muitas pessoas não entendam porque presenteávamos até os desconhecidos com o que tínhamos de melhor nas nossas roças.

Ainda garoto, comecei a participar das pescarias que aconteciam da seguinte maneira: um grupo de pessoas de ambos os sexos e diferentes idades acampava à margem do rio e escolhia o poço onde todos deviam pescar. Algumas pessoas remendavam tarrafas, outras cortavam palhas para fazerem tapagens, outras retiravam balseiros de dentro d'água, outras distribuía cachaça, bolos e tira-gosto, outras faziam café e assim por diante. Tudo isso coordenado pelos mais velhos ou os que mais se destacavam pela habilidade no desempenho de determinadas tarefas. Isso se dava de forma tão sincronizada que, na hora de começar a pescar, todo mundo combinava entre si e já tinha os seus pontos reservados.

Nem todo mundo tinha material de pesca. Por isso uns jogavam tarrafas, uns mergulhavam para desenganchar, uns colocavam os peixes na enfiadora, etc., de forma que todos participavam. Independente da atividade desempenhada por cada um, no final todas as pessoas levavam peixes para casa e a medida era o que desse para cada família comer até a próxima pescaria. Seguindo a orientação das mestras e mestres, ninguém podia pescar para acumular, pois melhor lugar de guarda os peixes é nos rios, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo.

Além da pescaria, também podemos apresentar uma organização própria dos quilombos e dos povos indígenas e que quase todas as pessoas que moram nessas comunidades conhecem e participam: a estrutura orgânico social de uma casa de farinha.

Na organização do cultivo da mandioca, ao modo das comunidades tradicionais da minha região, se destaca como ponto mais alto o período das farinhadas, que funciona da seguinte maneira: ao amanhecer algumas

pessoas vão à roça arrancar as raízes da mandioca, outros vão logo atrás com os animais que transportam a mandioca em cargas, outros também vão com os animais que transportam a lenha. Enquanto isso, na casa de farinha, organiza-se a prensa, limpa-se o forno, prepara-se as gamelas e as redes de lavar massa, enquanto, na cozinha, é preparado o almoço para todas as pessoas. É o primeiro dia da farinhada.

Ao chegarem às primeiras cargas de mandioca, as mulheres sentam-se em círculo e começam alegremente a raspar as cascas da mandioca. Esse processo se desenvolve até o meio-dia, quando as pessoas que ficaram responsáveis pela arranca das raízes e que também são responsáveis por puxar a roda chegam à casa de farinha, com postura do primeiro dever cumprido, para almoçar e iniciar a mais animada das tarefas: cevar (triturar) a mandioca.

Após o almoço, as mulheres retomam o trabalho de retirada das cascas, agora desafiadas pelos puxadores de roda, que prometem triturar toda mandioca raspada e parar enquanto elas terminam. As mulheres contam com o apoio das meninas, enquanto elas raspam dois terços de uma raiz, as meninas raspam o outro terço, chamado meia ou capote.

Depois de dar água aos animais que estavam nas roças, os rapazes também comparecem à casa de farinhada, onde provocados pelo jeito maroto das cabrochas, desafiam-se a enfrentar o manejo da roda. Como a roda localiza-se, estrategicamente, em uma posição privilegiada, de lá se vê todos os movimentos que acontecem no recinto, inclusive, os olhares interessados das meninas. Se os meninos que estão na roda conseguirem cruzar o seu olhar com o olhar de uma das cabrochas, logo elas lhe passam uma mensagem que, sem dificuldades, é compreendida. A mensagem é um convite para, após raspar e cevar a mandioca, juntos pegarem água na cacimba.

Não tem imagem mais poética que uma cabrocha carregando uma lata d'água solta na cabeça e que deixa, propositalmente, entornar um pouco d'água sobre o corpo, sendo cortejada por um rapazinho franzino que se sente o importante, por naquela tarde ter sido aplaudido, com olhares, ao mover a roda.

Tudo isso acontece mediante poucas palavras, quase ninguém percebeu, mas a menina já emitiu outra mensagem: à noite ele deve ajudá-la a lavar a massa. E assim se lava a massa, se colhe a tapioca, se torra a farinha, se faz o beiju; e assim se namora, marca noivado, e vive-se durante um longo período, onde se faz muita força, mas toda essa força se transforma em festa.

Na maior parte das vezes, ninguém ganha dinheiro nesse processo. As pessoas ou recebem parte da produção ou recebem ajuda em outras farinhadas ou em quaisquer outras atividades que precisarem. Além disso, as variedades de mandiocas que cultivávamos se desenvolviam em diversos ciclos: havia mandiocas com ciclo de seis meses (chamadas de macaxeiras), de um ano, de dois anos e de ciclo permanente. Isso porque, segundo nossas mestras e mestres, a mandioca nós podíamos acumular, mas o melhor lugar de guardar a mandioca é na terra. Ao contrário da fadiga maldita à qual Adão foi condenado pelo Deus bíblico, aqui se vivencia a comunhão prazerosa da biointeração.

O que também rima com a roça de todo mundo, com as pescarias, com as farinhadas e muitas outras expressões produtivas das nossas vidas são as moagens de cana de rapadura que funcionam da seguinte maneira: nos engenhos de madeira, construídos e operados por mestras e mestre de ofício, movidos pela energia orgânica das trações animais.

Os dias começam geralmente nas madrugadas com os engenhos tocando e as pessoas que operam o engenho, a fomalha e demais

implementos, compondo e cantando suas lidas e vidas, juntos formando uma grande orquestra que anima a todas e a todos com a música da vida e o movimento desenvolvido pelos que fazem parte desta orquestra formando uma das mais belas coreografias que já pudemos vivenciar.

Daí em adiante tudo é orquestrado como as demais expressões, inclusive a forma de realização das tarefas e de distribuição dos seus resultados. Assim como na casa de farinha, os serviços são compensados com a rapadura, o mel, a garapa, etc., e/ou através da prestação de outros serviços. Os que não estão moendo naquele período, podem pegar parte dessa produção e compensarem o trabalho da forma com que os donos dessa produção acharem, por bem, necessário.

Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia.

Com isso quero afirmar que nasci e fui formado por mestras e mestres de ofício em um dos territórios da luta contra a colonização.

CABELOS

Cabelo de branca é liso
Cabelo de branca balança
Cabelo de branca escova
Cabelo de branca faz prancha
Cabelo de branca é bonito
Mas não enrola nem segura trança



Cabelo de nega alisa
Cabelo de nega balança
Cabelo de nega enrola
Cabelo de nega trança
Por que essa nega é façoila?
Porque seu cabelo trança e enrola

A branca sambando rebola A
nega sambando faz ginga A
banca rezando é devota A
nega rezando faz mandinga
A branca escrevendo explica
A nega falando ensina

Eu vi essa branca no shopping
Eu vi essa nega na feira
A branca olhando é charmosa A
nega olhando faceira
Da branca eu sinto saudades Da
nega eu sinto banzeira¹⁴

Nego Bispo

¹⁴ Este poema tirou o primeiro lugar no Prêmio Júlio Romão da Sila e Ruimar Batista, por e isso foi publicado na Revista Literária do Projeto Roda de Poesia e Tambores — 54a Edição, Clube dos Diários, Teresina/Pi, em 10/10/2008.

CAPÍTULO 4

CONFLUÊNCIAS X TRANSFLUÊNCIAS

Confluência é a lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento plurista dos povos politeístas.

Transfluência é a lei que rege as relações de transformação dos elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se mistura se ajunta. Por assim ser, a transfluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento monista do povo monoteísta.

É a partir dessas leis que se geram os grandes debates entre a realidade e a aparência, ou seja, entre o que é orgânico e o que é sintético.

Eu não me lembro exatamente quando, mas a primeira vez que ouvi uma manifestação feita pelos índios Yanomami foi através da televisão e isso já faz muitos anos. O que mais me chamou a atenção foi à lógica cosmovisiva da resposta dada por um Yanomami à seguinte pergunta, que cito aqui de maneira aproximada, apenas de memória:

- Você acredita que o mundo vai acabar?
- Acredito que tudo que começou um dia se acaba, inclusive o mundo. Porém, o mundo não vai acabar nem quando, nem do jeito que você está me perguntando.
- Como e quando então o mundo vai se acabar?
- O mundo vai acabando aos poucos, por espécie, então o mundo acaba sempre. E quem vai acabar com as espécies são os brancos, vão acabar inclusive com os Yanomami, até ficarem só eles, os brancos. E aí então eles vão se autodestruir. O mundo até pode continuar, mas acabou-se para as espécies do tempo dos brancos.

A partir dessa fala do índio Yanomami, que não recordo o nome, gostaria de nos convidar à seguinte reflexão: seja qual for a sua religião, sejam quais forem as suas deusas e deuses, existem questões que não podemos desconsiderar. Porque exatamente as deusas e deuses e/ou divindades (ou como preferirem chamar) dos ditos povos pagãos faz com que povos como os Yanomami e tantos outros que pensam a partir da lógica cosmovisiva oliteísta detenham tanto saber?

tenho as informações necessárias para citar todas as deusas e
— UCLISCS a que estou me referindo. No entanto, acredito que seja essa estreita relação dos povos de lógica cosmovisiva politeísta com os elementos da natureza, é dizer, a sua relação respeitosa, orgânica e biointerativa com todos os elementos vitais, uma das principais chaves para compreensão de questões que interessam a todas e a todos. Pois sem a terra, a água o ar e o fogo não haverá condições sequer para pensarmos em outros meios.

Eis aí o grande desafio resolutivo para que possamos chegar ao nível de sabedoria e bem viver por muitos ditos e sonhados. Para mim, um dos

meios necessários para chegarmos a esse lugar é transformamos as nossas divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências.

E por assim acreditar, após acompanhar o prosseguimento do fluxo filosófico das ideias e contextos aqui apresentados, partindo das religiões e das cosmovisões cristã monoteísta e pagã politeísta, me sinto agora em condições de avaliar o afluxo de alguns conceitos e denominações, tais como: pensamento monista desterritorializado x pensamento plurista territorializado; elaboração e estruturação vertical x elaboração e estruturação circular; colonização x contra colonização; desenvolvimento x biointeração. Nosso objetivo é refletir sobre como esses conceitos e denominações se confluíram e/ou transfluíram no período da Constituinte, quando da elaboração da Carta Magna de 1988.

Analisando os textos regulatórios e os textos reivindicatórios presentes na Constituição Federal de 1988 a partir de uma leitura na lógica resolutiva, podemos perceber as diferentes maneiras pelas quais os diversos povos, colonizadores e contra colonizadores, influenciaram na redação desses textos, os momentos de confluência e de transfluência, as contradições e divergências que perpassaram (e ainda perpassam) tais tentativas de construção de consenso em meio a tanto dissenso.

Para melhor ilustrar, tomemos aqui como um primeiro caso de análise o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que trata do reconhecimento dos direitos territoriais dos povos quilombolas:

Art. 68 ADCT. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Nesse artigo podemos perceber a influência do pensamento monista verticalizado e desterritorializado dos povos colonizadores, quando o direito a esse território é tratado nos termos da sua condição de propriedade e não nos termos da relação comunitária e biointerativa dos quilombolas com os seus territórios.

Também percebemos a influência do pensamento de elaboração circular dos povos contra colonizadores, quando a regulamentação do Artigo 68 do ADCT, em diálogo com outros artigos constitucionais, garante a inalienabilidade e a impenhorabilidade dos territórios quilombolas, exatamente porque essa é a única garantia da produção e da reprodução, material e imaterial, dos modos de vida ali existentes¹⁵.

Semelhante situação é a dos Artigos 231 e 232 da Constituição Federal que tratam do reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e do direito desses povos de se defenderem quando violados seus direitos e desrespeitados os seus interesses.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1. - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias

¹⁵ Para maiores informações, conferir o Decreto de No 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas comunidades quilombolas de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3 - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4 - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5 - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7. - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 30 e § 40.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Assim como no Artigo 68 do ADCT, no Artigo 231 da Constituição Federal os territórios indígenas são tratados nos termos da sua condição de posse/propriedade, devendo a União "demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Ao mesmo tempo em que o mesmo artigo também reconhece que as terras habitadas pelos indígenas têm como principal característica a relação biointerativa desses povos com os seus territórios, sendo, portanto, igualmente imprescindível a preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, motivo pelo qual tais territórios são tidos como inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre eles imprescritíveis.

O mais estranho é que o Artigo 231, mesmo reconhecendo os direitos territoriais dos povos indígenas enquanto única garantia do seu bem estar e bem viver, prevê como possibilidade a exploração dos recursos destes territórios por parte de terceiros não indígenas e mesmo a remoção dos povos indígenas dos seus territórios tradicionais. Nestes casos os povos indígenas, apesar de terem assegurado o seu direito à oitiva, à indenização e à participação nos resultados de exploração das lavras, não têm o direito de deliberar sobre a questão, sendo essa uma prerrogativa do Congresso Nacional.

O Artigo 232 reforça ainda mais a influência do pensamento monista dos povos colonizadores na redação desses artigos, pois caso os indígenas

entendam que seus direitos e interesses foram desrespeitados, têm o direito de processarem o mesmo Estado que tem como dever, moral e legal, proteger e assegurar os seus direitos.

Outra importante influência do pensamento de elaboração circular dos povos contra colonizadores na Constituição Federal é a própria ressignificação dos termos quilombo e povos indígenas. O termo quilombo que antes era imposto como uma denominação de uma organização criminosa reaparece agora como uma organização de direito, reivindicada pelos próprios sujeitos quilombolas. O mesmo ocorre com o termo povos indígenas, que também foi ressignificado por esses povos como uma categoria de reivindicação dos seus direitos.

Ao acatarmos essas denominações, por reivindicação nossa, mesmo sabendo que no passado elas nos foram impostas, nós só o fizemos porque somos capazes de ressignificá-las. Tanto é que elas se transformaram do crime para o direito, do pejorativo para o afirmativo. Isso demonstra um refluxo filosófico que é um resultado direto da nossa capacidade de pensar e de elaborar conceitos circularmente.

O mesmo não se pode dizer dos povos colonizadores, pois não encontramos na Constituição Federal qualquer retomada das suas antigas denominações. Isso porque os povos colonizadores continuam no fluxo linear da sua lógica cosmovisiva, em função mesmo da sua forma vertical e monista de elaboração do pensamento, que não os permite e/ou os capacita a fazerem reflexos.

Também podemos perceber nos textos que tratam da religiosidade uma grande influência do pensamento plurista politeísta, quando o Artigo 5, Inciso VI, da Constituição Federal garante a liberdade de crença e de culto, reconhecendo expressamente a pluralidade religiosa brasileira.

Art. 5.. Inciso VI. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Nos debates contemporâneos também podemos perceber alguns esforços de transfluência, quando analisamos as tentativas de conjugação entre diferentes princípios e/ou perspectivas no interior de alguns processos produtivos tais como: desenvolvimento sustentável, produção orgânica, agroecológica, agroflorestal, permacultura, etnodesenvolvimento, etc. Trata-se de uma tentativa de aproximação de pensamentos, conceitos e valores. Porém, quando partimos para a execução propriamente dita desses pensamentos, conceitos e valores, nos deparamos novamente com os grandes confrontos.

Vale lembrar que os colonizadores, segundo podemos interpretar em GENESIS, foram desterritorializados ao ouvir do seu Deus que as ervas eram espinhosas e daninhas, que para se alimentarem tinham que comer do suor do próprio corpo, ou seja, transformar os elementos da natureza em produtos manufaturados e/ou sintéticos. Foi nesse exato momento que se configurou a desterritorialização e a desnaturalização do povo cristão monoteísta, fazendo com que esses só se sentissem autorizados pelo seu Deus a fazer uso dos produtos das suas artificialidades.

Isso fez com que esse povo desterritorializado, antinatural, eternamente castigado e aterrorizado pelo seu Deus, sentisse a necessidade de se reterritorializar em um território sintético. Para tanto, se espraíram pelo mundo afora com o intuito de invadir os territórios dos povos pagãos politeístas e descaracterizá-los através dos processos de manufaturamento, para a satisfação das suas artificialidades.

Como o povo politeísta interage com suas Deusas e Deuses e os elementos da natureza presente em seus territórios, encontram ali todas as condições naturais e biointerativas para viverem satisfatoriamente, não precisando invadir territórios alheios, podendo sim visitá-los, buscando sempre se adequar ou interagir com os povos dos outros territórios durante o período de visitação. Às vezes podem até ficar nos territórios visitados, se para isso houver comum acordo.

Com isso podemos afirmar que a guerra da colonização nada mais é que uma guerra territorial, de disputa de territorialidades. Nesse contexto, nós, povos contra colonizadores, temos demonstrado em muitos momentos da história a nossa capacidade de compreender e até de conviver com a complexidade das questões que esses processos tem nos apresentado. Por exemplo: as sucessivas ressignificações das nossas identidades em meio aos mais perversos contextos de racismo, discriminação e estigmas; a readaptação dos nossos modos de vida em territórios retalhados, descaracterizados e degradados; a interlocução das nossas linguagens orais com a linguagem escrita dos colonizadores.

Esses sinais indicam que ainda existem muitas possibilidades de convivência entre os diversos povos, que as tentativas de confluência presentes na Constituição Federal podem sim avançar, desde que haja por parte dos colonizadores um real esforço para que isso ocorra.

Para tanto será preciso, antes de qualquer coisa, superar o caráter autoritário do atual Estado Democrático de Direito, por meio da participação plena de todos os envolvidos nos processos de transformação da natureza e das condições de vida da população, para que toda e qualquer proposta de mudança seja sempre exaustivamente debatida, respeitando-se as mais diversas formas de linguagem e comunicação.

Será preciso também garantir que a execução dos megaprojetos e das grandes obras de infraestrutura tais como as usinas hidrelétricas, as estradas, as ferrovias, a exploração de minérios, a construção de portos, de estaleiros, etc., que afetam a vida de milhares de pessoas, não sejam conduzidos pelo autoritarismo da maioria sobre a minoria, onde a maioria determina o que é bom para ela e para a minoria, mesmo a minoria contestando. Mas sim pelo processo de entendimento na diversidade, onde será feito tanto o que é bom para a maioria como o que é bom para a minoria, de acordo com as mais diversas manifestações. E mais, se esse entendimento deliberar que determinados projetos devem ser executados, que seja considerado o caráter territorial desses empreendimentos, ou seja, o que for feito no território de determinado grupo ou povo, logo também os pertence.

Precisamos também, principalmente e acima tudo, fazer uma profunda reflexão sobre a **distância radical** que existe entre o processo de **reciclagem** e os processos de **reedição da natureza**, para, então, compreendermos a real diferença entre o chamado **desenvolvimento sustentável** e o que estamos chamando aqui de **biointeração**.

No desenvolvimento sustentável a tríade "reduzir, reutilizar e reciclar" tem como pano de fundo o problema do uso indiscriminado de recursos naturais finitos e não renováveis nos processos de sintetização e de manufaturamento, característicos do desenvolvimentismo. Ou seja, afirma-se a necessidade de transformação do orgânico em sintético como algo inquestionável que inevitavelmente levará a humanidade a uma situação de miséria, fome e escassez generalizada.

Para contornar o problema, propõe-se reduzir e/ou otimizar o uso de recursos naturais na produção de objetos sintéticos e, quando possível, reutilizar esses objetos para: finalidades não planejadas no seu processo de fabricação e/ou reciclá-los para a produção de novos objetos também sintéticos.

Como exemplo, podemos citar aqui as garrafas pets (politereftalato de etileno), um polímero sintético fabricado a partir do petróleo e do gás natural para armazenar refrigerantes e outros líquidos. Após o consumo do conteúdo da garrafa, recomenda-se que o vasilhame seja reutilizado para guardar outros produtos ou ainda para confeccionar novos objetos como vassouras e artesanatos.

Sendo o consumo de objetos sintéticos um valor inquestionável e a redução desse consumo algo que não se pode abrir mão, o ritmo e o volume desenfreados da produção de garrafas pets tornam inviável a reutilização de todo o material produzido, sendo, portanto, necessário reciclar as garrafas pets, de modo a minimizar o uso de recursos naturais não renováveis, no caso o petróleo e o gás natural. Através de um processo de termo reação, derrete-se a garrafa pet para ela possa ser moldada, extrusada e comprimida em novos formatos.

Como podemos perceber, na lógica do desenvolvimento sustentável recomenda-se que as garrafas de pets — polímero sintético produzido pela indústria química a partir do petróleo e do gás natural — sejam reutilizadas para fins não planejados no seu processo de fabricação. Caso isso não seja possível, que elas sejam derretidas para assumir novos formatos na indústria da reciclagem.

Considerando que o tempo médio para a decomposição do politereftalato de etileno gira em torno de 800 anos, podemos então afirmar que a reciclagem só é capaz de mudar a forma dos materiais sintéticos que a sua lógica produziu, e não o seu conteúdo, já que não se é possível transformar a pet em petróleo, em gás natural ou em qualquer outro produto orgânico. Ou seja, uma vez pet, sempre pet.

Na lógica da biointeração o que se observa é o extremo oposto. Conforme já comentamos, tudo o que fazemos é fruto da energia orgânica

e é exatamente por isso que ao invés da tríade "reduzir, reutilizar e reciclar", temos como princípio a tríade "extrair, utilizar e reeditar". Como ilustração, apresentarei um pequeno exemplo extraído do cotidiano das nossas comunidades.

Uma parte importante da pescaria começa antes mesmo de se ir ao rio pescar. Assim como no caso das garrafas pets, nós também utilizamos vasilhames para transportar os nossos alimentos, mas fazemos isso segundo uma lógica radicalmente diferente. No caso da pescaria é preciso ir à mata e retirar palhas da carnaúba ou de outras palmeiras tais como o tucum, o babaçu, o buriti, a bacaba, para tecer o cofo (uma espécie de cesto ou sacola, que confeccionamos a partir do que encontramos ofertado pelo bioma de cada região), onde transportaremos os produtos da pesca.

Quando o cofo perder a sua utilidade, nós até podemos reutilizá-lo de outras maneiras, mas isso nem de longe se constitui como um problema. Muito pelo contrário, podemos simplesmente descartá-lo no ambiente que ele rapidamente entrará em processo de decomposição e servirá de alimento para a palmeira da carnaúba (de onde extraímos a palha) ou ainda para outras espécies e seres, num processo natural e orgânico de reedição da natureza.

Nesse sentido, ressaltamos a importância de biointeragirmos com todos os elementos do universo de forma integrada, a ponto de superarmos os processos expropriatórios do desenvolvimentismo colonizador e o caráter falacioso dos processos de sintetização e reciclagem do desenvolvimentismo (in)sustentável, pelo processo de reedição dos recursos naturais pela lógica da biointeração.

Como vimos, a vida é mais simples do que parece, desde que as nossas condições de vivenciá-la não estejam movidas pelos sentimentos de manufaturamento e sintetização. Por isso, convidamos a nós mesmo e a

todos aqueles que sempre nos atacaram a vivenciar conosco todos os nossos desejos, sonhos e possibilidades, materiais e imateriais, de emancipação humana na diversidade, com a nossa capacidade de universalizar a vida a partir do processo de escolhas.

Demanda 4-, Meio H Demanda, Princípio H Meio Princípio, Orgânico Sintético H Orgânico.



Antônio Bispo dos Santos,
Quilombo Sumidouro, município
de Queimada Nova/ PI. Foto:
Arquivo pessoal

SALVE! SALVE!

)

POSFÁCIO

Posfacionar o livro de Antônio Bispo é um momento importante na minha vida pelos laços afetivos que nos unem a mais de duas décadas, pela oportunidade de tratar de temas que me são caros como processos de hierarquizações nas relações sociais, pela significação política do tema, em especial, no atual contexto piauiense no qual, como diz Nego Bispo, "as caravelas chegam só agora mais de quinhentos anos depois de terem chegado a Porto Seguro". A metáfora se refere às políticas de macro desenvolvimento implementadas no Piauí no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, em que o grande capital entra com mega projetos e o Estado brasileiro com a infraestrutura, isenção fiscal e flexibilização das leis ambientais e os povos entram com suas vidas, configurando desse modo mais uma batalha na guerra da colonização. Uma batalha que tem como prognóstico o testemunho da memória de tantas outras batalhas em que os atacados ou contra colonizados, como diz Bispo, pagam com suas vidas, seus sonhos, suas riquezas, seus territórios, seus conhecimentos, suas histórias.

Os laços afetivos que nos unem e que Bispo considera como sendo o "grupo" têm sua inicialização nos idos dos anos 80 (final da década de 80 do século XX) quando sonhar com grandes mudanças políticas não era raro. Foi no embalo das lutas que hoje figuram mais como sonho do que como luta que "o grupo" assim se fez. Era a primeira eleição presidencial depois dos anos de ditadura, era um nordestino, piauiense, do minúsculo município de Francinópolis, negro, quilombola, trabalhador rural migrado para o sudeste, na repetição dos passos de milhares de nordestino, que retorna a sua roça com as inquietações que lhes são peculiares e que o conduziram à presidência do sindicato dos trabalhadores rurais de Francinópolis e eram pessoas da mesma cidade migradas para a capital do Estado que se embalavam num sonho de partido de esquerda. Essas três dinâmicas se encontram num conflito agrário "a Chapada da Luíza" que fez nascerem as primeiras vertentes desses laços que perduram até os dias atuais, significados e ressignificados por tantas vivências, sonhos e lutas neste percurso. É possível identificar no percurso de modo não linear pelo menos três ondas: a do partido político, a da luta pela terra e a quilombola. Nos livros, "Quilombos — modos e significados", lançado em 2007, e o presente "Colonização, Quilombos: modos e significações", há a confluência, como diz Bispo, das três ondas significadas no presente como luta quilombola.

A obra "Colonização, Quilombos: modos e significações" dialoga intensamente com a anterior, pode até ser vista como reedição, mas, definitivamente, não se trata de reedição, e sim de outra obra com forte diálogo com a primeira. O que faz das obras serem duas e não uma reeditada?

Não se trata de reedição por várias razões, para começar os contextos que produziram as duas. A primeira foi embalada na própria necessidade

do movimento quilombola ter um referencial para fazer suas discussões e formações e do excesso de demandas por formação da parte das comunidades quilombolas em processo de certificação e/ou titulação e da pouca quantidade de gente para atender. Então o livro representava, naquele contexto, a oportunidade de multiplicação de pessoas para animar os processos de mobilização e organização das comunidades quilombolas.

O contexto em que nasce a obra "Colonização, Quilombos: modos e significações" é de natureza diversa. Nasce da iniciativa de relação aproximada e com enfrentamento da relação de verticalizações existentes entre produção de ciência na academia e pela sociedade que não está na academia. O contexto por si desautoriza a categorização dessa obra como reedição. Mas não fica por aí os delineadores que permitem falar em duas e não em uma. Há evidentes marcas dos processos de maturação das idéias no recorte temporal entre a publicação das duas obras.

Começemos com os títulos: "Quilombos — modos e significados" e "Colonização, Quilombos: modos e significações" — o primeiro levava a pensar numa abordagem sobre os quilombos, seus modos de vida e os seus significados. No segundo, colonização e quilombos, há o anúncio da dinâmica social que faz nascerem os quilombos — os quilombos como resistência a processos de colonização e a segunda parte do título "modos e significações" indica um processo ao invés de algo fixo, isto é, não há modos e significados, mas modos em processos constantes de significações. Uma concepção condizente com o conteúdo da obra. Todos os significados produzidos são processuais, todos os conceitos são históricos. É assim que ocorre com os quilombos e com tudo no seu entorno. E essa tem se configurado como uma das grandes bandeiras do movimento quilombola — o conceito quilombo é histórico, tem que ser lido em cada contexto, na verdade, tudo é histórico e processual. E é isso que nos apresenta o

autor logo na introdução: "o presente atua como interlocutor do passado e consecutivamente locutor do futuro (...) como definir e ou dimensionar o tempo? Ou seja, onde começam e terminam o passado e o presente e onde começa o futuro? (...) a história é formada pela interlocução entre os fatores e as ações desenvolvidas pela humanidade, sem ignorar os termos presente, passado e futuro".

Ainda na introdução, é apresentado como o cerne do livro os processos de colonização do passado e do presente, sendo o presente se configurando como a sanha do grande capital contra comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas na implantação dos seus mega projetos, chamados hoje de desenvolvimento e no passado de civilização. Embora a categoria colonização tenha sido trabalhada na primeira obra, na segunda, a mesma ganha centralidade e quilombos como resistência a processos de colonização torna-se como o norteador da leitura da obra, configurando os processos de colonização no passado e no presente com o ingrediente do racismo ambiental no bojo de uma cultura racista de modo mais amplo que estrutura a sociedade brasileira do passado e do presente.

Bispo traz esse debate discutindo a unidade na identificação étnico-racial branca e o esfacelamento étnico-racial negro com estratégia de dominação, fazendo referência a lutas identitárias pela afirmação da unicidade de identidade para os dominados e fragmentação e esfacelamento de identidades dos minorizados. Importante considerar a contra estratégia política da unidade identitária adotada pelo movimento negro na contemporaneidade no contexto de outros e novos processos de colonização que mantém a estrutura histórica com novas vestes na troca da nomenclatura civilização por desenvolvimento.

Nas leituras da colonização, Bispo continua enfocando a guerra de denominações: os povos nativos que viram índios, os povos africanos

nominados de negros e escravos. Considerando que povos pindorâmicos e povos africanos eram múltiplos, desta feita a pluralidade foi tornada unidade também como estratégia de dominação.

Só neste percurso Bispo teoriza sobre uma estratégia de dominação e hierarquização de povos tornar a unidade em plural e o plural em unidade pelas denominações, o que Bispo considerou como guerra das denominações. Isso faz lembrar Foucault¹⁶ quando trata de processos de hierarquização no âmbito das disciplinas como estratégia de dominação que produz docilização de corpos e almas para torná-los úteis para o sistema de acumulação de capitais.

A estratégia da unidade e da pluralidade é revisitada na abordagem sobre religiões. Desta feita a pluralidade religiosa é enfrentada pela unidade monoteísta referida na bula papal "Romanus Pontifex", Papa Nicolau V, 08 de janeiro de 1455, que autoriza invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter os não cristãos, os politeístas tratados como inimigos de Cristo.

O que Bispo aponta é possível referir a conclusões de Weber" ao tratar da importância do pensamento monoteísta cristão como base para a construção das concepções embasadoras do pensamento ocidental, para os referenciais de universalização e abstração, considerando que as referências das religiões politeístas eram concretas: a terra, o vento, o sol, a lua, o mar, um animal, um totem, uma pessoa. A multiplicidade do politeísmo era difícil unificar e, portanto difícil também universalizar como paradigma único como demandava um modelo que objetivava dominar em escala ampla. Então a unidade do monoteísmo cristão entra aí como uma das

16 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir* — nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

17 WEBER, Max. Sociologia do Direito. In: *Economia e Sociedade*. Brasília e São Paulo: Editora UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

estruturas base para o modelo pretendido. Unificar pelo processo de abstração, juntar todos os deuses concretos num só Deus abstrato, deuses que se sabiam onde se encontravam e se conheciam *suas* faces por um Deus sem face e sem lugar para ser a face de todos os imaginários e para estar em todos os lugares o tempo todo. Unidade pela abstração é base para a universalidade do capitalismo, mas também para o direito que se faz de normas gerais e abstratas, para o patriarcado, unidade de poder familiar que modela a unidade de poder do império do direito e do Estado.

Isso já havia sido denunciado por Marx¹⁸ ao apontar que os processos de abstração, ao se separarem de suas bases materiais, provocavam alienação. É de disso que o modelo ocidental capitalista precisa, as abstrações não podem revelar os concretos que as formam. As materialidades produzem consciência.

Abstração, imaterialidade, unidade e hierarquia são perfilados com concretude, pluralidade e circularidade a partir dos comparativos entre cultos religiosos do Estado e da Igreja com vivência da espiritualidade nos terreiros de umbanda e candomblé. A comparação se dirige ao conceito de biointeração em oposição ao conceito de trabalho como castigo pelo pecado original na relação com a terra para a produção dos alimentos. Para o primeiro trata-se de vivência da espiritualidade e para o segundo trata-se de castigo pelo pecado.

Bispo toma a díade hierarquia/circularidade para leitura do mundo: relações sociais, produção de conhecimento, expressões culturais: as danças, o futebol, a capoeira. As hierárquicas como excludente e as circulares inclusivas.

Substituir o plural por unidade é o cerne dos processos violentos das várias formas de colonização. Porém, não se trata apenas de substituir

18 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

o plural por unidade, mas também o contrário, como ocorre com a questão étnico-racial no Brasil, aqui já referido, a unidade quebrada como estratégia de dominação e produção e reprodução da centralização de poder, exercício violento do poder de mando, racismo, significado e ressignificado nos vários momentos históricos visto por Bispo a partir de relações de colonização resistida pelas ações de contra-colonização nos processos de resistência à colonização, seja nas diferentes formas de ocupação territorial, seja nas expressões culturais, seja nas formas de organização, a que as ações de colonização responderam com criminalização das práticas culturais afro-pindorâmicas, os quase etnocídios em cadeirões, canudos, pau de colher, quilombo dos palmares, comunidades tradicionais da contemporaneidade. A não configuração dos etnocídios por completo não dependeu da vontade empreendida pelos ataques colonizadores, mas por resistência dos que sofreram os ataques, que Bispo considera como contra colonização.

O novo livro com que Bispo nos presenteou traz a tese sobre relações de poder, não se tratando de confronto de paradigmas ou modelos hegemônicos com os modelos contra hegemônicos, mas simplesmente de exercício de poder para manter povos, territórios, riquezas sobre o domínio do poder colonizador ou hegemônico. Ora as perseguições e sanhas etnocidas são justificadas por os atacados serem plurais, diferentes, ora são atacados para terem unidade, ora por que não tem religião, ora por que são religiosos, mas, na verdade, em cada caso o que se verifica é o exercício da força e do poder bélico para manter apropriação de riquezas, terras e manutenção de povos que ousaram destoar do coro hegemônico dos poderosos sobre controle.

A reflexão que Bispo traz nos convida a pensar as configurações e reconfigurações desses processos que são presença no Brasil colônia, República, nova república, ditadura, democracia e até no declarado Estado

Democrático de Direito. Isso aponta para: ou a história se repete ou há um cuidado maternal e ecológico com a proteção da semente do mal e em todos os contextos é feito o replantio em terra fresca e fértil garantindo sua reprodução permanente.

Na verdade esse beco sem saída ou com a saída que não tivemos força e/ou capacidade e coragem de enfrentar permanentemente ao invés de esmorecer os contra colonizados, na análise do Bispo, torna-os criativos para enfrentar a criatividade do mal em se reproduzir com a criatividade dos atacados para resistir. Isto é que nos garante a vida da capoeira, dos vários sambas de roda rurais, lezeira, tambor de crioula, samba de cumbuca, baião, terreiros. Se por um lado temos a sanha etnocida que ataca em todos os momentos da história fazendo notar sua vida eterna, por outro lado temos a eternidade da capacidade de resistir, por isso mesmo que o nosso retrato não é o do colonizador, até há marcas identificadas como do colonizador, mas muito há também da resistência, da luta.

Isso remete ao terceiro capítulo da obra. Biointeração é a categoria com que Bispo premia as instâncias de elaboração do pensamento na sociedade brasileira que se localizam na academia, mas também no roçado, nos laboratórios, mas também na mata, nas universidades, mas também nas comunidades. Sem conceituar com a abstração, mas apresentando a materialidade da biointeração, Bispo nos ensina a pensar pela materialidade, pela experiência vivida em substituição às tradicionais categorias analíticas abstratas que funcionam como encaixes para a realidade, produzindo como conhecimento uma espécie de deformação da realidade. Se perguntarmos o que é biointeração, Bispo nos responde é a pescaria artesanal orquestrada com sinfonia afinada de vários instrumentos que produzem sons diferentes com instrumentos diferentes sem deixar de ocupar o seu lugar no ritmo sincronizado; é a mandiocada ou farinhada também numa orquestra da

qual participam as notas do trabalho, do amor, da sedução, do convívio, da partilha, do achar bom viver e fazer junto. Biointeração é "guardar o peixe nas águas, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo", é viver, conviver e aprender com a mata, com o chão, com as águas, com o vento, com a lua, com o sol, com as pessoas, com os animais. É transformar o trabalho em vida, arte e poesia. É transformar as divergências em diversidades. É retirar as notas pesadas do castigo do trabalho para fazer fluir, confluir a interação, a biointeração.

As teorizações feitas pelo Nego Bispo nos remetem a vários lugares: ao lugar das emoções sentidas, vividas e revividas nas cenas lúdicas e nas cenas de lutas, na mesclagem dos dois cenários — luta e lúdico; ao lugar da luta como convite para ler e perceber a configuração de mais um cenário da guerra da colonização; ao lugar da vida cotidiana com as reflexões sobre a vida experienciada, nos feitos com a natureza e com as nossas práticas de consumo e abastecimento; ao lugar da produção e repartição das riquezas com a reflexão sobre o que vem a ser riqueza; ao lugar de pensar sobre o nosso modo de vida e as formas de significá-lo.

O lugar do lúdico e das lutas tradicionalmente são dois lugares e que Bispo nos leva a pensar como sendo apenas um lugar ao configurar a luta como resistência e proteção da vida por isso se expressa muito mais como apego à vida, defesa dos sentidos dados à vida. Não é incomum ouvir nas falas da contra colonização referentes do amor a terra, apego ao riacho que passa rente com a roça ou com a casa, apego a sombra de uma determinada árvore que num certo período do ano brota uma flor que exala um perfume que encrava na memória como expressão de amor, aconchego, concha materna que guarda e protege. E a ação de colonização ao cortá-la provoca uma lacuna que jamais será preenchida. Permanece como uma ferida que dói e que se sente. E que mesmo que fosse indenizado seria um dano, um

mal irreparável. Isso é tão significativo para a vida que até mesmo as leis hegemônicas transformaram-na em bem jurídico, em patrimônio imaterial como garantia constitucional. Esse lugar está focado no presente pelos povos ameaçados ou mesmo em processo de deslocamento compulsório em virtude da mais nova onda de colonização — os grandes projetos privados e públicos em processo de implantação no Estado do Piauí.

Ler o novo livro de Bispo me transportou para a Comunidade Quilombola Contente, no município de Paulistana — PI, que tem suas entranhas rasgadas pelos trilhos da Transnordestina, restando de um lado as casas com paredes e cisternas rachadas e do outro lado intransponível o açude, o lugar de orações da comunidade. O que fazer com a imagem poética e lúdica do açude como sendo o lugar de encontro com os ancestrais que já morreram e que antes se banharam naquelas águas que não correm e por isso são as mesmas? Junto com os trilhos e a cerca que guarda os trilhos se foi o lugar de encontro com os entes queridos. Como indenizar essa dor? A indenização não está sendo feita nem mesmo para os bens materiais com os baixos valores atribuídos que não cobrem nem mesmo os prejuízos imediatos e de sobrevivência. Também me senti transportada para as Comunidades quilombolas: Riacho dos Negros, Periperi, Manga e Arthur Passos que ficarão debaixo das águas do Parnaíba na construção das barragens para aproveitamento hidrelétrico e fornecimento de águas e de energia para os mega projetos privados que chegam sob a denominação de desenvolvimento. A beleza cênica daquelas matas, morros, pássaros, água e chão tantas vezes aludida para retirar o povo e fazer parque ambientais, sobreviverá como memória resistida e o sentimento telúrico restará como uma imagem de um passado que tentam fazer com que não deixem marcas na memória nem mesmo em forma de museu. Estes lugares que se configuram no presente como lugares de lutas que se mesclam com o lúdico

e que as ameaças ou a materialização das mesmas são os quilombos, pau de colher, caldeirão do presente e que uma parcela da população aplaude os ataques etnocidas, outra cruza os braços e uma pequena parcela luta para não ver configurada a violência do passado no presente.

O lugar do convite para a luta traz o paradoxo do desânimo e da incitação. Desânimo pela repetição e ressemantização nas mais variadas vestes dos ataques de colonização. Desanima por que parece ser uma luta inglória. Ao mesmo tempo que incita para a luta em razão de as perdas nunca terem sido totais, as formas de resistência tem historicamente conseguido se impor e manter nacos da sua identidade resistida que se mesclam a facetas a outros fatores que se somam e ressignificam outras resistências a outros ataques da colonização, como ocorre no presente. Os povos lutadores dos quilombos, de Caldeirão, de Canudos, de Pau de Colher podem ser vistos nas faces dos povos quilombolas, indígenas e tradicionais do presente que empreitam contra a ação etnocida do grande capital no presente, seja em Alcântara, seja em Belo Monte, seja em Contente, Riacho dos Negros, Periperi, Manga, Arthur Passos e tantas outras nas ribeiras do Parnaíba.

O convite para lançar olhar refletido sobre o lugar da vida cotidiana nas experiências para lembrar as cenas de biointeração vividas nas mandiocadas, no caminho d'água na fonte, nos banhos de açude para aproximar das experiências do presente em que trabalho está bem associado a sacrifício, a tortura, muito distante dos referenciais de biointeração. Por um lado, isso me deixa acuada por me perceber não dona da minha vida, mas apenas gerente nos dizeres de Deleuze¹⁹. O acramento me desafia a me colocar frente ao espelho para refletir em que espelho se perdeu minha face ou faces.

19 DELEUZE, Gilles. Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle. In: Deleuze, Gilles. *Conversações, 1972 —1990*. Tradução de Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro : Ed 34, 1992.

Os feitos com a natureza remetem ao lugar da produção do risco ambiental com Beck²⁰ que atinge todos, mas não do mesmo modo. Aqueles que mais cuidam da natureza, os que mantêm convivência mais próxima, para quem a natureza, o meio ambiente se trata do lugar em que vivem, trabalham, amam, constroem suas biografias. Para estes atingir o meio ambiente, é atingi-los diretamente. Cortar uma árvore ou deixá-la submersa é mais do que um impacto, é cortar uma parte de quem com a mesma convive, cortar seus conhecimentos. Mais uma vez temos as leis do poder hegemônico que reconhece essa perda e transforma conhecimentos tradicionais também em bem jurídico, embora os alagadores (os que vão fazer as barragens) e cortadores de árvores (os que estão produzindo carvão, minérios e monoculturas) não reconheçam e por isso conhecimentos tradicionais não constam entre os bens impactados e também não são indenizados.

A remessa ao lugar da produção e repartição das riquezas a que o livro me faz me conduz a rever as antigas estruturas tantas vezes já vistas e por isso mesmo exala tristeza e desolamento na já antiga e conhecida constatação dos vários braços que produzem as riquezas e das poucas mãos que a retêm, sendo este o cerne da afirmação do poder que produz os alagados, os deserdados, os impactados, os deslocados, os empobrecidos, os atingidos, que resistem, segundo Bispo, como contra colonização. Mas também conduz a outros modos de produzir e repartir as riquezas pelos usos comuns que povos tradicionais, indígenas e quilombolas fazem do que precisam para se alimentar e viver, guardando o peixe no rio, a fruta na árvore, a pedra na terra, o alimento na sua fonte para não secar e ter sempre a fonte como fonte e não como depósito.

20 BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco — Rumo a uma outra modernidade*. Sao Paulo: Editora 34, 2010.

Por fim, o livro nos remete ao lugar do pensar o modo de vida e as formas de significá-lo de modo amplo, por isso mesmo tanto podendo ser a filosofia quanto a poesia da vida. É filosofia por convidar para a reflexão do que fazemos daquilo que chamamos vida, do sentido que damos a essa vida, às vezes se configurando mesmo como atribuição de sentido vazio para o conceito de vida ou um sentido que tira outras vidas em benefício de uma, como se dá nos processos identificados como de colonização. E que as pessoas protegem suas vidas expondo-as: "nós vivíamos sossegados, até que começaram a nos atacar, dizendo que nós não podíamos viver aqui (...) Aí a guerra foi grande, porque nós resolvemos lutar também". Aqui a irmã da narradora perdeu a vida e a própria narradora quase perdeu. As escolhas que fazemos, o que consumimos está diretamente ligado a isso que destrói vidas, persegue as singularidades, ataca o diverso, mata-o apenas pelo medo de aquela diversidade representar risco ao modelinho de vida adotado. Os povos de inúmeras comunidades do Parnaíba perderão tudo e muitos até suas vidas e muitos respondem com o silêncio por considerarem que sem as barragens correrão o risco de não ter TV, ar condicionado, computador, ou seja, o considerado conforto proporcionado pela energia elétrica que garante esse conforto em troca de milhares de vida. Isso leva muitos a nem buscar informações sobre Belo Monte e sobre as barragens no Parnaíba: Castelhana, em Palmerais; Estreito, em Amarante; Cachoeira, em Floriano e Jerumenha; Uruçuí, em Uruçuí e Ribeiro Gonçalves no município do mesmo nome. Se saíssem do conforto do repouso que criou para a sua consciência descobririam que as barragens não vão produzir energia para os domicílios, mas sim para o grande capital público alegado pelos capitalistas, projeteiros e técnicos do governo não passa de infra-estrutura para o grande capital.

Mas é o livro também poesia. Poesia da vida poemada pela vida. As imagens trazidas do cotidiano de quem vive a biointeração é pura poesia:

a garota (cabrocha) carregando água na cabeça com a água escorrendo pelo corpo, os olhares que se cruzam na casa de farinha exalam poesia e sensualidade e fazem parte das doces memórias de muitas pessoas que viveram essas cenas e que as têm na base dos seus sentimentos de amor, paixão e desejo. Inclusive eu. É também poesia o modo de fazer a pesca, a forma de lidar com a terra, no preparo da terra para o plantio, o plantio, o cuidado, a colheita. Isso remete a um sentido de vida que tem o cuidado, o amor como ética orientadora da vida.

Com isso encerro esse diálogo nesse contexto para continuar fazendo-o na vida, nas lutas lúdicas feitas poesia tematizando a vida e as formas de defendê-la.

Dra. Maria Sueli Rodrigues de Souza
Professora Adjunta do Departamento de Ciência
Jurídicas da Universidade Federal do Piauí

ANEXOS

ARTIGOS E MATÉRIAS PUBLICADAS POR ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS NA IMPrensa PIAUIENSE

LATIFÚNDIO: INIMIGO NÚMERO UM — ANTÔNIO BISPO
DOS SANTOS, SINDICALISTA RURAL.

(Diário do Povo — Teresina(PI), Domingo/Segunda-feira, 5/6 de junho de 1994)

A economia rural do Piauí sofre de mazelas crônicas, produtora e reprodutora de miséria e responsável direta pela elevação do nosso Estado ao mais alto índice de indigência do País. O pior é que todas as discussões tecidas a esse respeito atingem mais o conjuntural que o estrutural.

Tanto é verdade que a opinião que predomina em nossa sociedade é que o problema do Piauí são as secas constantes, que castigam a região. Esse discurso é alimentado pelos políticos atrasados e mercenários, que administram nosso Estado, e tem desviado as atenções da sociedade para a superficialidade dos fatos. Ao ponto de muitas pessoas acreditarem, que apenas o inverno é a solução.

Daí passa-se em vão a confrontar com a natureza, como se fosse possível transformá-la. E tome promessas com Padre Cícero Romão Batista, Santa Cruz dos milagres e outras figuras pseudo-milagrosas que servem apenas para alienar o nosso povo e retardar a capacidade psicológica, de assimilar as verdadeiras informações.

Portanto, quero convidar as vítimas das secas a fazerem a seguinte reflexão:

Se o Piauí tem microrregiões que sempre foram castigadas pela estiagem (exemplo: microrregião fronteira de São Miguel do Tal: não a Cristalândia do Piauí; e microrregiões onde nunca faltou inverno. Exemplo: — cerrados —, de Uruçuí a Santa Filomena e miséria é igual em todo Estado, logo a culpa não é da estiagem).

Porém se considerarmos que problemas comuns podem ter causas comuns, e, o que é comum em todo o Estado do Piauí é a estrutura fundiária marcada pela concentração absurda de terras. Não resta dúvidas, o latifúndio sim, é o maior produtor de miséria que extermina nossa sociedade, por isso, é nosso inimigo número um.

Quem não concordar, me responda, então, porque no Nordeste, mesmo não existindo políticas agrícolas adequadas, os estabelecimentos de até 100ha empregam 84,41% do pessoal ocupado na agricultura, enquanto que os de mais de 1000ha, empregam apenas 2,5%; e, porque os estabelecimentos de até 100ha, produzem 81,1% do feijão; 82,5% do arroz; 79,9% do milho; 88,9% da mandioca, enquanto que os de mais de 1000ha, só produzem 2,2%; 6,8%; 2,8% e 1,1%, respectivamente?

Ou então, concorde que a pequena produção é a solução. A reforma agrária é uma necessidade inadiável. Que as vias de acesso determinam os meios necessários para implementá-la. A terra explorada produz riquezas

e a ociosa produz miséria. O homem que não tem acesso à terra não tem acesso à vida...

Vale ressaltar que a terra é um patrimônio universal, portanto, privatizá-la é atentar contra a vida. O acesso à terra, deve ser através de concessão de uso, e o usuário, ao mudar de atividade, só deveria vender as benfeitorias, evitando que a terra nua seja objeto de venda e favoreça a especulação. Aí assim, estaremos atacando o latifúndio na sua essência.

Não esqueçamos, porém, que os latifúndios se utilizam do mais violento meios que se possa imaginar. Para defender seus interesses espúrios, além de contar com o apoio da maioria dos políticos que estão no poder, possuem verdadeiras milícias armadas; contam com a cumplicidade de alguns policiais, que não passam de pobres, mal pagos, para bater em outros pobres. E ainda passam ilesos por um judiciário arcaico e inoperante, incapaz se quer, de compreender as diferenças entre o capital, o social e o humano.

PAPP, PAPO, E Papp

(Opinião — Teresina/ Segunda/ 25 de março de 1996 — Jornal O D

Uma comunidade rural se reúne, identifica seus principais problemas, discute a melhor forma de resolver cada um deles, cria uma associação e vai em busca de solução; procura um técnico de sua confiança; elabora um projeto e encaminha para uma comissão de análise de um certo programa oficial. Após parecer favorável, os recursos são liberados através da associação que executa o projeto e faz a gestão coletiva do mesmo.

Que programa é esse? É o PAPP — Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais.

Onde funciona? Nos papéis do Banco Mundial (Bird), dos governos federal e estadual.

Um politiquero vai a uma comunidade, indaga se a mesma precisa de energia elétrica, chafariz e/ou qualquer benefício daqueles que fazem parte da lista de suas promessas de campanha. Pega um abaixo-assinado e cria uma associação a seu a seu bel-prazer; elabora um projeto e leva para os diretores de um certo programa oficial; troca tapas nas costas e consegue a liberação dos recursos; chama o "presidente" que às vezes nem sabe o nome da associação e assina o convênio e de imediato contrata uma empresa daquelas que sabe "fazer as coisas" e fora indicada pelos politiqueros — e tome inaugurações das obras superfaturadas, inacabadas, etc.

Que programa é este? É o PAPP — (Programa de Apoio aos Politiqueros Piauienses).

Onde funciona? Exatamente no Estado onde a população limita-se a discutir quem ganha e quem perde as eleições, quando deveria discutir o que precisava ser feito para melhorar a qualidade de vida das pessoas, como, onde e quem está capacitado para fazê-lo.

Claro que existem exceções. São as comunidades que se organizam a partir de uma caminhada e passa e passa por um processo de conscientização política. Esses conhecem a filosofia do programa e também apresentam seus projetos. Porém são informados que os recursos só serão liberados por intermédio de um "político forte" (leia-se aliado do governo). Diante da recusa, os projetos ficam engavetados, sob mil e uma alegações esdrúxulas.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura — FETAG/PI denunciou: 1º para o governo, e esse disse, inclusive nos meios de comunicação "que é assim mesmo, o governo precisa ratear recursos com seus aliados"; 2º para o vice-governador. Esse, precisa explicar de onde vem os poderes do vereador Antônio Geraldo Caitano, do PSDB de Valência, amigo e correligionário do vice Osmar Araújo, que conseguiu sustar um cheque liberado pelo PAPP, no dia 09 de março com a finalidade de

financiar um projeto de eletrificação rural para comunidade João Pires em Valência do Piauí, e beneficiaria a mais 100 famílias e o vereador diz que "os recursos só serão liberados se a comunidade se render a ele"; 3º para a Assembleia Legislativa, que é composta exatamente na sua grande maioria pelos deputados que se beneficiam do PAPP, para fazer politicagem. A FETAG-PI solicitou a abertura de uma CPI do PAPP — imaginem se isto sai? E 4º, denunciou para o Banco Mundial (Bird), que é quem empresta o dinheiro. O banco confirmou que constatou as irregularidades, mas... Diz que fez algumas recomendações para poder prorrogar o contrato de empréstimo e liberar US\$ 2,7 milhões restante do referido contrato.

Depois de tantas matérias publicadas na imprensa, o TCE resolve fazer uma auditoria e solta um relatório comprovando todas as irregularidades apontando os culpados.

Porém, o que esperar de um Tribunal que dá pareceres e quebrando toda uma lógica de sequência hierárquica da própria estrutura do Estado burguês, tais pareceres são derrubados até pelas câmaras de vereadores, quando na verdade só poderia ser derrubada por um tribunal superior?

Sabendo que, com todas essas irregularidades só no ano de 95 o programa liberou o montante de: R\$649.066,63 do Bird, R\$7.466,19 do Estado, R\$103.261,63 da comunidade e R\$191.921,01 das prefeituras, totalizando R\$957.695,46 só do segmento FUMAC, e mais R\$8.594.965,22 do Bird R\$37.139,09 do Estado e R\$1.220.784,55 da comunidade; R\$2.255.974,68 das prefeituras, totalizando R\$12.443.027,56 do segmento PAC.

Considerando que a mal versação dos recursos públicos causam danos irreparáveis à sociedade, e os órgãos do Estado mostram-se no mínimo, impotentes, diante de tais situações, resta-nos, cidadãos que sonhamos e trabalhamos por uma sociedade justa, banir todos os politiqueros

responsáveis direta e indiretamente por tais crimes. Vaiando-os em praça pública, isolando-os dos espaços sadios da sociedade e tomando-lhes os bens apropriados indevidamente.

Às vezes se faz necessário a sociedade transgredir as "leis", para que as mesmas não transgridam aos reais e bons costumes.

"É PERDOANDO QUE SE É PERDOADO?"

(Jornal Meio Norte/PI, quinta-feira, 18 de julho de 1996).

-É 66.

-É 99!

-66!

-99!

- Eu li a placa!

- Eu

também li! -Eu li

pela manhã! - E

eu idem!

Como podemos ver, essa discussão entre dois interlocutores que viram uma placa, em uma certa localidade, quanto mais se acirrava, entrava em curso não conclusivo, o aí surgir um terceiro personagem e trabalhou algumas teses.

Como os dois não viram a placa juntos, entre a passagem de um e outro, podia ter alguém mudado a posição da placa, essa tese não convenceu. Não convenceu os dois, que acharam que a placa podia ter sido mudada mais de uma vez. Também não descobriram o que a placa enumerava, quem a colocou lá pela 1º vez e muito menos de sua origem.

Nesse caso sobrou uma única verdade: a placa existe e a leitura era correta em qualquer posição e tanto podia ser 66 como 99.

Olhando para dentro da instituição Igreja Católica, me deparei com fatos bem semelhantes: no início deste século os padres rezavam de frente para o "Santo" e costas para o POVO; hoje eles posicionam-se ao contrário, frente para o povo e costas para os santos.

Também percebi que há dois altares na mesma igreja, um onde são colocados apenas os objetos sagrados e no outro as imagens. Ainda descobri que a romaria ao Juazeiro é feito em devoção ao Padre Cícero, no entanto, fora excomungado, o "Santo" para igreja é nossa Senhora das Dores.

Diante disso comecei a pensar no caso da imagem do padroeiro de Francinópolis-PI que apareceu quebrada no dia 11/07/96 na escadaria da própria igreja.

O acusado, Edmundo, 19 anos, é de família católica praticante, sendo o pai ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ex-funcionário público municipal.

Na cidade rolam boatos de que o rapaz havia comentado com amigos que quebraria a igreja e também a prefeitura. Vale ressaltar que o padre de Francinópolis mora em Elesbão Veloso, e o prefeito em Teresina. A população vive da agricultura de subsistência e de empregos no serviço público, porém os servidores públicos municipais, além da maioria receber até que meio salário mínimo, ainda estão sem receber há vários meses. Parte desses servidores entraram com ação na Justiça do Trabalho e mesmo a ação já tendo tramitado, e julgada procedente em todas as instâncias do Judiciário, o prefeito ainda não cumpriu a sentença que manda pagar o salário mínimo aos requerentes.

Agora responda: o rapaz agiu por banditismo ou indignação? A população se rebelou porque a imagem foi quebrada ou com o desrespeito do prefeito para com os servidores e o município?

Segundo o jornal Diário do Povo, o padre desse não acreditar que o rapaz fosse da sua paróquia. Nesse caso, o pastor demonstrou que não conhece o seu rebanho ou antecipou a desculpa?

O prefeito decretou luto na cidade: por compromisso com a comunidade ou demagogia?

Antes de fazer qualquer juízo, ainda quero lembrar que Galileu disse "que a terra não era o centro do universo" e foi condenado pela Igreja Católica que só admitiu o erro centenas de anos depois. O Edmundo foi preso acusado de quebrar a imagem de São Francisco de Assis, exatamente o "Santo" que doutrinava que o "é perdoando que se é perdoado."

CONFLUÊNCIAS SOCIAIS — UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O SEMINÁRIO DA TM.

(Teresina/PI, em 03/11/96)

Os conflitos gerados pelas contradições do sistema capitalista, fazem fluir focos de resistência que ao afluírem nas diversas formas de organização, tendem a se confluírem, formando um fluxo social, condição preliminar para viabilização do curso histórico da luta de classes.

Historicamente duas vias destacam-se, com muita importância na condução desse processo. Uma delas é a Revolução, que se dá quando os afluentes sociais se confluem num fluxo denominado guerrilha; a outra denominada via institucional e/ou eleitoral, que se dá quando o fluxo é o partido político.

Aplicando essa leitura na trajetória histórica dos trabalhadores brasileiros, podemos perceber que estes chegaram com mais solidez ao partido que á guerrilha, e diante dessa situação, desenvolve seu curso histórico mais pela via institucional. No entanto, podemos ressaltar que a confluência de afluentes sociais bastante diversificados, produziram no Brasil o fenômeno que eu chamaria de **fluxo misto**, referindo-me ao **Partido dos Trabalhadores**, justamente por conta dessa complexidade exige-se um estudo bastante aprofundado.

Podemos encontrar no interior do PT o que chamaríamos e **semi-fluxos**. Um deles formado pela confluência dos afluentes compatíveis com a via revolucionária, tradicionalmente chamado de correntes de esquerda e o outro compatível com a via institucional, ditos **moderados**.

Esses **semi-fluxos** são responsáveis por dois movimentos que podem ser denominados de refluxo e influxo. O primeiro é o processo de rejeição dos afluentes incompatíveis e o segundo é o processo de compatibilização com a via institucional (leia-se cooptação).

Daí podemos extrair a importância política das correntes de princípios, que compõem o PT Atuando na construção da via revolucionária, é imprescindível que essas estejam presentes em todos os movimentos da classe trabalhadora, formando a afluência dos focos de resistência e na via institucional, bloqueando a cooptação, ou seja, o **influxo**.

Reportando-me diretamente á **Tendência Movimento- uma tendência marxista-**, e mais especificamente à atuação dessa no processo eleitoral recente, faço as seguintes observações:

Tendência Movimento-TM. Terminologia correta para quem se pretende compatível com a via revolucionária. Seu surgimento no Piauí, se dá no momento em que o partido passa por um processo sistemático de influxo; é o teste ideal para o exercício da militância.

Ocorre que, a sua composição se dá com militante de afluentes sociais importantes, mas que ainda não confluíram no mesmo fluxo da **TM** e isso nos coloca uma grande tarefa, que é a compatibilização desses afluentes e ao mesmo tempo a viabilização de muitos outros.

Tivemos que enfrentar o processo eleitoral para combater o processo de cooptação, onde justamente pelo fato estarmos ainda em fase de consolidação, não logramos êxito.

Colonização, Quilombos: modos e significações

O resultado eleitoral, para mim, foi condizente com a nossa prática, pois numa sociedade onde a prática da corrupção, tende se tornar o senso comum, o voto é produto de concessões, isso nós não fizemos, enquanto **TM**.

Avalio como negativa a frustração causada pela metodologia que empregamos nesse processo, que acabamos em alguns momentos personificando na campanha.

Para o futuro, vejo como tarefa principal a atuação de todos os membros da **TM**, no sentido de identificar sistematicamente as contradições do capitalismo, tornando mais explícito os conflitos, para que possam fluir, afluir e confluírem-se tantos focos de resistência, se fizerem necessários para refluir oportunistas, e o **PT** na condição de principal fluxo social dos trabalhadores, conduzir a nossa luta no curso histórico pela via revolucionária rumo ao Socialismo. Por isso não podemos menosprezar os ensinamentos Marxistas.

Saudações socialistas!

Antônio Bispo.

CARTA RENÚNCIA, DE PRÓPRIO PUNHO, DA DIRETORIA DA FETAG

Teresina 26/06/98

Companheiros (e) delegados (e) do Conselho Deliberativo da Fetag-PI de 26/98/06/98

Após termos a luta do escravo e a organização do quilombo, como principal referencial histórico, do ponto de vista da luta de classes e situação de vida em sociedade, reunimei muitos reflexões sobre o movimento sindical.

Devido disto estou renunciando ao cargo irrevogável ao cargo de secretário de políticos agrários e meio ambiente, que tenho ocupando no diretório desta Fetag-PI a partir do 09/03/96.

Abraços quilombola

Antônio Bispo do Sauto

COMENTÁRIOS

Comentários de ÁLVARO TUKANO e CASIMIRO TUKANO.

Eu, DOÉTHIRO, 57 anos, e AKITO, 102 anos, Povo YE'PÂ MASA, Rio Negro, Estado do Amazonas, há anos vimos estudando os nossos conhecimentos tradicionais, com a postura do *homo sapiens*.

Segundo os arqueólogos, os nossos antepassados chegaram por essas terras entre 160 mil a 16 mil anos atrás. Outros dizem: 10 mil anos a.0 (antes de Cristo), segundo análises feitas com o C-14 (Carbono 14). O fato é que há milhares de anos estamos por aqui — 225 Povos Indígenas, 700.000 falando 180 línguas distintas.

Falando a língua DHASÉ YÉ há milhares de anos, vivendo num mundo de florestas densas e de muitos rios caudalosos, o nosso povo pensou e moldou a vivência de uma sociedade tropical de subsistência, YE'PÂ MASA, em convivência com a natureza. Os nossos antepassados eram: KUMU, no singular, e KUMUÁ, plural, que eram os rezadores curandeiros para cuidar da saúde; BAYA., singular, e BAYAROÂ, plural,

que eram os cantores e mestres de cerimônias nas grandes solenidades; YAY, singular, e YAYWA, plural, curandeiros videntes e que *se* comunicavam com os espíritos das águas, das nuvens, das florestas e das montanhas. Os nossos chefes tribais realizavam os ritos de iniciação para educar seus filhos e netos. Eram momentos de educação coletiva, momentos sagrados para os meninos de onze a quinze anos, porque a nossa sociedade precisava de bons rezadores, cantores, dançarinos, músicos de yapurutu, caniço e outros instrumentos sofisticados. As nossas avós, em sintonia com os sábios das comunidades, tinham programas de educação coletiva para as meninas. Tinha a reclusão das jovens quando essas deixassem a vida de infância, e grandes solenidades nas comunidades quando estas eram apresentadas na sociedade para dividir a responsabilidade e manter as tradições, a ética, a moral e amor a seus pais. Falava-se muito das sabedorias dos paleoindígenas, dos mitos e dos lugares sagrados que foram conquistados com a canoa de transformação de nossa humanidade, das festas de ayauaskalkhapi, das obras de artes de cerâmica nas aldeias. Nossos antepassados derrubaram as roças de mata virgem usando o machado de pedra; faziam currais e matapis com as talas de paxiúba (BHUPÚ, na língua tukano); teciam puçá com as fibras de tucum para pegar os peixes. Eles tinham o calendário tribal e sempre defenderam o meio ambiente, enormes territórios e nunca foram pobres.

O nosso irmão, ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS — NEGO BISPO, líder comunitário nos trouxe o tema que todos os líderes dos movimentos sociais devem ler e refletir a respeito dos crimes que o ESTADO e IGREJA cometeram, e cometem contra as nossas culturas milenares. Eu e meu pai grifamos alguns trechos do texto:

Foi muito triste, para ter uma ideia, depois que tudo passou, só na roça que era do meu tio Senhorinho foram achadas mais de duas mil cabeças de pessoas queimadas

Os quilombos eram acusados de não ter religião e as comunidades ditas fanáticas messiânicas, como bem se vê, de serem excessivamente religiosas.

De ser um bando de selvagens, sem religiosidade, sem civilização e *sem* cultura e que por isso, assim como Canudos, Caldeirões e Pua de Colher, ameaçavam a integridade moral, social, econômica e cultural dos colonizadores.

Determinados a expandir suas atividades de forma acelerada e predatória, a referida empresa jamais cessou de estender seus domínios, invadindo e expropriando ilicitamente os territórios dos indígenas, dos quilombolas, dos agricultores familiares, dando início a um drástico processo de derrubada das matas nativas para o estabelecimento da monocultura do eucalipto em larga escala — inicialmente para a produção de carvão de siderurgia e posteriormente para a produção de celulose.

A destruição desta rica floresta significou para os indígenas, quilombolas e agricultores familiares do litoral norte do Espírito Santo a expropriação de grande parte de seus territórios tradicionais, a perda de uma riquíssima diversidade biológica e mesmo dos recursos hídricos, antes abundantes na região, desencadeando inúmeros conflitos fundiários, fome, miséria e a acelerada redução da população residente.

Os professores, na prática, são os nossos aliados para mudar a História do Brasil. Está aí a Lei No 11.645/08, que torna obrigatória a inclusão no currículo da rede oficial de ensino a história e as culturas indígenas. É bom lembrar que os portugueses apoderam-se do direito de usufruir dos benefícios das terras indígenas. Em 1511, os índios foram escravizados

e muitos foram enviados a Portugal. Os colonizadores eram gente ruim mesmo e, disseram:

1. que os índios punham empecilho à propagação da fé católica;
2. que atacavam povoados ou fazendas portuguesas;
- 3 que eram antropófagos,
4. que eram aliados de inimigos portugueses.

Entre 1723 a 1727, ao longo do baixo Rio Negro e do Rio Branco, o Belchior Mendes de Moraes matou o chefe do povo Manáó, Ajuricaba, que não aceitava servir de mão de obra escrava aos portugueses.

Foi crime bárbaro: "300 malocas/aldeias incendiadas, 15.000 índios chacinados, incluindo velhos, mulheres e crianças, além da morte duvidosa do famoso chefe dos Manáó e dos principais das tribos aliadas a ele", segundo o professor Édison Hüttner, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

O saudoso amigo, o Professor Darcy Ribeiro, disse que a colonização dizimou mais de 900 Nações Indígenas, 5 milhões de índios morreram... Vamos refletir!

Vamos ler tudo o que foi escrito pelo professor ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS, porque são informações precisas para reconstrução de nossa sociedade brasileira. As Nações Indígenas, Afro-Pindorâmicas e outras ditas minorias tem líderes autênticos para manter as tradições que nunca foram respeitadas. Parabéns, Nego Bispo!

Alvaro Tukano e Casimiro Tukano

Comentários de ANTÔNIO GOMES BARBOSA

SAUDAÇÕES A BISPO, A MÃE ÁFRICA E AOS POVOS AFRO-PINDORÂMICOS.

Salve, Salve!

"Colonização, quilombos: modos e significações", de autoria de Antônio Bispo e de sua ancestralidade, além de um primoroso tratado sobre as relações de poder vivenciadas nos últimos 500 anos entre os povos afro-pindorâmicos (politeístas, negros, índios, pagãos, policultores) e os europeus (brancos, cristão, judeus, monoteístas e monistas), é uma destacada contribuição para a reconstrução da historiografia do Brasil.

Partindo de identidades coletivas e modos de ler e interpretar o mundo, Bispo não se limita ao mítico ou ao fato isolado, traz ao debate temas atuais, quase arquetípicos, que se constroem e se legitimam nas interrelações. Em síntese, analisa o desenvolvimento como ameaça e cobra ações imediatas de reparação aos povos.

No campo teórico, esta obra coloca-se em oposição à historiografia positivista, livra-nos dos modelos cartesianos e monótonos das explicações predominantes sobre a subjugação europeia aos povos do além-mar e desnuda o "massivamente aceitável". Pode ser considerada a base filosófica de uma sociologia afro-pindorâmica. De forma atemporal, nos faz ver a aguda dívida do Estado brasileiro, não apenas com seu passado, mas, sobretudo, com o presente materializado nos grandes projetos contidos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Não estando preso a formalidades acadêmicas, apresenta a circularidade dos fatos sem perder a centralidade nas análises e [constatações](#). [Com](#) sabedoria e simplicidade, presenteia-nos com contações de histórias

da cultura popular do meio rural nordestino e faz-nos recorrer a memórias sociais. Em relevo, destaca importantes contribuições da oralidade que mantém viva a as singularidades dos povos: solidariedade e harmonia com a natureza e suas divindades.

Os críticos não terão uma tarefa fácil, pois, de forma objetiva os pontos aqui debatidos em profundidade caracterizam a maturidade intelectual de Bispo, um guerreiro que manuseia bem suas armas: a palavra, a escrita e as ideias. Muitas dos temas abordados não se propõem conclusivos, muito menos únicos, mas, colocam para o conjunto dos leitores e interlocutores, a tarefa de ir além da constatação. Cobra militância consciente. Uma relação: princípio, meio, princípio.

Historiador, filósofo, sociólogo, poeta e feiticeiro, Bispo nos leva a refletir para além da construção da imagem e dos signos que marcam nosso imaginário de Brasil. Discutindo ideias, questiona nossas verdades absolutas e incita-nos a aventurar por outros prismas e recortes. Remete-nos a novos lugares olhar como condição e olhar a sociedade. Força-nos a sair da apatia e propõe nuances circulares e confluentes. Uma dialética não linear, espiral e constante. Mostra-nos novas e diferentes verdades.

Neste livro, amplia e reforça a linha de raciocínio apresentada em sua primeira publicação. As bulas papais, principal instrumento do catolicismo, são usadas para evidenciar fragilidades conscientes. Mostra como se legitimou a escravidão em um espaço "isento" de desejos materiais. Não fazendo um debate sectário, e sim histórico, referencia textos da bíblia que reforçam a prática da escravidão, e por conseguinte, os castigos a que muitos povos foram e são submetidos.

Associar o escravismo a cosmovisão cristã não é nenhuma novidade, setores da sociologia clássica consideram que "as ideias dominante de uma época sempre representaram as ideias da classe dominante desta mesma

época' Quase sempre em totalidade. Porém, o que Bispo fortalece em sua análise é a necessidade de se ler a sociedade considerando, sobretudo, suas subjetividades: crenças, modelos mentais e matrizes culturais de linearidade ou circularidade. Como estes se apropriam dos resultados do trabalho coletivos e das economias geradas. O destaque fica para as relações de poder e partilha entre grupos e povos.

Analisando a realidade, constata dois blocos antagônicos, de um lado, os que foram expropriados, escravizados, os contra colonizadores, e no outro, europeus, brancos, cristãos, que, sobre o bastão da igreja e suas leis, expropriaram, subjugaram e mataram, mas, não conseguiram apagar a resistência, os sonhos e os espíritos.

Este livro é prova desta constatação.

A CAMINHADA DA CAMINHADA.

"...qual a diferença entre o ataque dos colonizadores contra o Quilombo de Palmares no século XVII e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades atingidas pelos megaprojetos ditos "empreendimentos" como, por exemplo, a construção da usina de Belo Monte?..."

De forma didática, o livro nos faz perceber que a colonização, que aqui chegou com os portugueses, reciclou-se, aprimorou-se e mantém-se atualizada. Qual de fato seria então a diferença entre Palmares, Pau de Colher, Canudos, Caldeirão, Belo Monte, Transposição do Rio São Francisco, Transnordestina e demais obras do PAC, senão a confirmação de interesses econômicos, legitimados pelo Estado, que não consideram a existência ou direito dos inúmeros povos que se relacionam de forma harmônica com a natureza e suas divindades.

Como no passado, com requintes de sofisticação, a face da colonização imputa a seus opositores a pecha de atrasados, de feios, de antinacionais, de empecilhos ao desenvolvimento, aliados do diabo, etc. Pelo tempo que conheço Bispo, estes são apenas alguns dos adjetivos a ele atribuídos.

O discurso dominante, que prega a igualdade e nega as diferenças, "todos somos iguais perante a lei", constrói cortinas de fumaça e confunde antigos e atuais aliados. Muitos caem no canto da sereia, uns até rápido demais. Se antes facilmente distinguia-se quem eram os colonizadores e quem eram os contra-colonizadores (senhores, fazendeiros, usineiros, escravos, índios, quilombolas), hoje somos colocados à prova a todo o momento.

Nos muitos ensinamentos que a vida me possibilitou no convívio com Bispo, a temática colonização me faz lembrar diálogos sobre os sujeitos sociais e sua saída da estrutura sindical rural. Seu giro definitivo para a causa quilombola. Em leituras de paisagem, para além do capital e do trabalho, divisão por mim adotada, destacava tristemente o fato de muitos dos companheiros dirigentes estarem a serviço do outro lado, favorecendo os patrões. Os famosos pelegos, mais comuns do que se possa imaginar. No seu estilo pedagógico, analogamente, comparava-os a figura do "Capitão do Mato", ser esdrúxulo, que embora seja destacadamente de um lado, está a serviço do outro, representando perigo por ser conhecedor dos lugares e das estratégias construídas pela e para a resistência. Mas sempre procurando compreender o porquê, a causa, e não simplesmente a mera constatação do fato, por sua vez, reconhecia nestes muito mais o papel de vítimas que algozes da história.

Hoje, usando sua exemplificação, pode-se afirmar que o número de capitães do mato aumentou consideravelmente, e para além do movimento sindical. Guardada as devidas proporções, caso emblemático

e passivo de análise é o do ex-presidente Lula, operário, oriundo do sertão pernambucano, que com sua família teve que fugir para São Paulo por falta de água, terra e sementes, por falta de condições dignas de vida no meio rural. Quando pôde, cumpriu papel primordial na presidência, apoiou inúmeras iniciativas de convivência com o Semiárido e olhou de forma especial para a região. Na era Lula o Semiárido cresceu acima da média nacional. Porém, foi o mesmo Lula que ajudou a ampliar os perímetros irrigados, e, além de favorecer a transposição do rio São Francisco, publicamente disse que "só é contra a transposição quem nunca passou sede, quem bebe água mineral", um contrassenso.

Inocente, culpado ou vítima? Como caracterizar estes casos? Ora, os principais beneficiados com a transposição do São Francisco são justamente os que condenaram e condenam à morte milhares de crianças, mulheres e homens. Os mesmos que os expulsaram na infância.

ALGUMAS OUTRAS CONSIDERAÇÕES.

"Assim como em Canudos, Caldeirões e Pau de Colher, os colonizadores não se contentaram com o aniquilamento do povo e o desmantelamento da organização..."

Para mim, a centralidade deste livro de Bispo está na visibilidade que é dada às muitas estratégias de resistência. Suas aproximações e singularidades. O destaque de que a expropriação dos territórios não se dá apenas no campo material: das terras, das posses e das riquezas produzidas, mas, sobre tudo, no mundo simbólico, no imaterial: na cultura, nas danças, na língua, nos símbolos, na diversidade e nas divindades. Sua capacidade de exemplificar, como em Belo Monte, onde a posição do governo brasileiro

é tácita: O que é a história ou as riquezas dos povos do Xingu frente à produção de energia que conduzirá riquezas e benefícios a todos e à nação? Em nome de um desenvolvimento que pretende tornar o país cada vez mais autossuficiente em sabe-se lá o que.

O ataque e a negação dos conhecimentos tradicionalmente construídos são a face mais cruel dos colonizadores em oposição aos contra colonizadores.

Num outro viés, Bispo, que não trabalha com o conceito marxista de luta de classes, em muitos momentos pode induzir-nos a pensar a história da humanidade, no sentido macro, como marcada pela luta entre matrizes monoteístas e politeístas. Claro que esta seria uma simplificação das questões até aqui levantadas, merecendo aprofundamento, mas alguns elementos que se repetem no passado e no presente, e possivelmente podem se repetir no futuro, podem facilmente ser compreendidas numa relação causa/efeito como sendo resultado dos modos e significações, construídos e resignificados no transcorrer da história.

Na continuidade de suas reflexões, Bispo questiona a historiografia oficial quanto à classificação dos movimentos que se constituíram no sertão nordestino enquanto meramente messiânicos: Canudos, Caldeirão e Pau de Colher. Em momentos Bispo denomina-os como quilombos, em outros, destaca pormenorizadamente suas características que justificam tal classificação: a estrutura organizativa, as formas de apropriação e a divisão do resultado do trabalho coletivo.

Dessa forma, rompe com os que querem negar estes movimentos atribuindo sua existência apenas ao poder de seus destacados líderes: Antônio Conselheiro, Beato José Lourenço ou Sr. Quinzeiro. Se isto é tão verdade, como questiona Bispo, porque então destruir tudo e todos ao redor? Como explicar suas capacidades de produzir tanto em tão pouco

tempo e espaço? Porque então apagar tudo e destruir a memória destes fatos? Qual seria então a capacidade de reprodução destas experiências em outros espaços e tempos?

Fica a dívida e a certeza de poder fazer tudo diferente.

Salve, salve Dandara, Gangazumba e Zumbi
Salve, salve Antônio Conselheiro, Beato José Lourenço e Sr.
Quinzeira
Salve, salve Rosalina, Edileusa, Bispo, Joana Maria e Sabino
Salve, salve Palmares, uemada Nova e Saco Curtume
Salve, salve povo negro
Salve, salve povo afro-pindorâmico

Antônio Gomes Barbosa

Sociólogo, coordenador do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com Semiárido Brasileiro: Uma Terra e Duas Águas (P1+2) da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). No ano de 2007, foi assessor de Antônio Bispo na secretaria de Política Agrária e Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí (FETAG/PI).

Comentários de TAIS GARONE

O PENSAMENTO QUILOMBISTA DE ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS

"Vivemos em uma sociedade em que há uma classe trabalhadora que trabalha, uma elite econômica que consome e uma elite intelectual que comenta...". Lembro-me, como se fosse hoje, das palavras iniciais de Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, num seminário realizado em Teresina/PI, no ano de 2011, a partir uma parceria entre o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI)²¹. Sentada na plateia, em meio a estudantes universitários, pesquisadores, gestores públicos e militantes dos movimentos sociais, percebo na expressão de todos certa perplexidade entremeada por fascínio e entusiasmo. Enfim, algo que ansiávamos por ouvir, início e mote de tantas outras verdades que poucos como Nêgo Bispo são capazes de desvelar com tamanha simplicidade e assertividade.

Sim, uma elite intelectual que comenta, por vezes muito pouco ou nada comprometida com os processos e lutas que se propõe "comentar" apenas. Seguramente também consumidora, colonialista, expropriadora, ao que Nêgo Bispo nos devolve um olhar tenro, acolhedor, dizendo que antes, quando fazia anotações em seus cadernos, não pensava em ser

²¹ Faço aqui referência à palestra proferida por Antônio Bispo dos Santos no seminário "Modos de Vida e Saberes Quilombolas: Desenvolvimento ou Biointeração?", realizado no dia 08 de julho de 2011, no Memorial Zumbi dos Palmares, em Teresina/PI.

autor de livros. Que o seu papel era na luta e no enfrentamento direto, nas ocupações de terra que liderou quando esteve à frente da diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Piauí (FETAG/PI). Mas que se sentia bem ali, entre amigas e amigos "acadêmicos".

Naquele momento pensei em cada um e em cada uma que ali estavam. Na professora Maria Sueli Rodrigues de Souza, doutora em direito e que há mais de vinte anos, desde os tempos do conflito na Chapada da Luíza, vem batalhando ao lado do conterrâneo e companheiro de luta Nêgo Bispo contra as injustiças e o descaso de um Estado incapaz de reconhecer a grandeza e a potencialidade do seu próprio povo²². No professor José Jorge Carvalho e seus anos de luta pela construção de uma universidade mais inclusiva e amorosa. Nos estudantes vindos de tantas partes, filhos e netos de lavradores, de operários urbanos, das elites das urbes e do mundo rural. Todos ali, juntos, embalados pelo desejo e certeza da necessidade de mudanças profundas no curso das nossas vidas, animados com a fala de Nêgo Bispo e a sua incrível capacidade de romper com determinados fluxos de ideias e de pensamentos através dos quais o eurocentrismo encontra fundamento e se sustenta, em busca de nos barbarizar, recolonizar.

Colonizações, Quilombos: modos e significações é uma obra madura, de referência que poderia ser aqui tomada, nos termos de Bataille, como um dicionário crítico que "começaria a partir do momento em que ele não desse mais o sentido das palavras, mas sim suas obrigações" (2009:06)²³. Já na introdução do livro, Nêgo Bispo nos apresenta o espírito que anima a sua escritura: um olhar perscrutador sobre o tempo, onde o passado, presente e futuro se fundem e se fendem numa singular teorização sobre o vivido e o que é vivido — ontologia do presente!

²² Sobre os conflitos da Chapada da Luíza, conferir posfácio do livro.

²³ BATAILLE, Georges. Dicionário Crítico. *Suplemento Literário cie Minas Gerais* n. 1316, 2009.

É a partir de tal premissa que Nêgo Bispo nos convida a dar um salto para muito além do meramente reflexivo, transportando-nos para o universo pulsante do resolutivo circular. Curto circuito das análises lineares, objetivas e objetificadoras.

Com maestria e perspicácia, questiona as versões da história do Brasil difundidas nos meios escolares, desnudando seu viés ideológico e presenteando-nos com uma série de pistas sobre os reais fundamentos do nosso processo colonial e sua vinculação/continuidade com os problemas da contemporaneidade. De forma didática e bastante precisa, nos apresenta os principais itinerários históricos e filosóficos do processo de colonização e de ascensão do capitalismo via institucionalização do racismo, introduzindo o leitor num corpus semântico e teórico capaz de transformar o simples em complexo e o complexo em simples, tal é o seu poder de síntese.

Liderança de grande expressão no movimento social quilombola e nos movimentos de luta pela terra, Nêgo Bispo dedicou parte da sua trajetória política ao sindicalismo rural, travando um intenso e profícuo diálogo com seus companheiros de luta de orientação marxista. A leitura dos seus textos nos permite acessar e reconhecer a influência do marxismo no seu percurso como intelectual orgânico, e mesmo o seu firme propósito em continuar dialogando e contribuindo com as questões e os debates que perpassam as bandeiras e as lutas históricas do movimento sindical brasileiro e demais movimentos de luta dos trabalhadores.

Chama, contudo, a atenção às nuances do seu pensamento e à sua preferência por temas e caminhos, digamos, menos ortodoxos do universo marxista como, por exemplo, a sua preocupação em compreender e contextualizar questões de fundo como a luta de classes e as contradições entre capital e trabalho de forma bastante ampla, tendo como principal referencial histórico a etapa de acumulação primitiva do

capital na forma de expropriação de terras e riquezas naturais, violência compulsória, escravização e genocídio. Inverte, portanto, assim como Marx, na interpretação de Lévi-Strauss, a perspectiva pela qual geralmente são considerados os processos de industrialização e desenvolvimento, demonstrando, com clareza e segurança, as raízes coloniais dos dilemas e das contradições vivenciados na atual fase de desenvolvimento capitalista.

O problema fundamental do Marxismo é saber porque e como o trabalho produz uma mais-valia. Ainda não foi suficientemente notado que a resposta de Marx a este problema tem um caráter etnográfico. A humanidade primitiva era bastante reduzida para se estabelecer apenas nas regiões do mundo onde as condições naturais assegurassem um balanço primitivo ao seu trabalho. Por outro lado, é uma propriedade intrínseca da cultura — no sentido que os etnólogos dão a esse termo — estabelecer uma relação tal entre mais-valia e trabalho que a primeira se acrescente sempre ao segundo. Por duas razões, uma de ordem lógica, outra de ordem histórica, podemos postular que, de saída, todo trabalho produz necessariamente mais-valia. A exploração do homem vem mais tarde, e aparece concretamente na história, sob a forma de uma exploração do colonizador pelo colonizado [...] Resulta disso, primeiramente, que a colonização é histórica e logicamente anterior ao capitalismo, e, em seguida, que o regime capitalista consiste em tratar os povos do Ocidente como o Ocidente o fizera precedentemente com as populações indígenas (Lévi-Strauss, 1987:319)24.

24 LÉVI-STRAUSS, Claude. "Raça e História" In: *Antropologia Estrutural II*. Editora Tempo Brasileiro. 1987.

Para muito além da relação capital-trabalho, Nego Bispo identifica no embate entre as religiões e as suas diferentes lógicas cosmovisivas o cerne de problemas e questões que perpassaram e ainda perpassam os mais diversos territórios, situações e contextos, coloniais e nacionais. Revela-nos, assim, sua grande capacidade de lidar com a diversidade e a particularidade de sujeitos distanciados em termos étnicos, raciais, cosmológicos e geográficos, mas que possuem experiências em comum, sobretudo no tocante à história de construção da sua posição de *subalternidade*, iniciada a partir da colonização, enquanto fundamento e pedra angular para edificação e expansão de um modelo produtivo projetado em escala planetária, articulado e unificado pelo sistema mundial de mercado.

Os excertos das Bulas Papais não deixam dúvidas de que a própria ideia de civilização ocidental já nasce sob o signo do racismo, da subjugação e da expropriação, com a expulsão dos mouros da Península Ibérica para constituição do primeiro estado-nação europeu, representado pelo Reino de Portugal. Nasce também como negação e aniquilamento do outro para afirmação de si, ao denominar equívoca e genericamente como sarracenos os povos árabes e como pagãos e inimigos de Cristo todos e quaisquer povos e civilizações não-ocidentais — justificação religiosa da escravização e destino-(auto)manifesto europeu como algoz da humanidade. É com tal ímpeto domesticador e genocida que Portugal toma à dianteira na colonização dos povos do além-mar, estabelecendo-se como o primeiro império colonial de amplitude global, espraiando-se e expropriando territórios na África, na Ásia e nas Américas.

Igualmente atento aos processos de luta e de resistência dos povos e das comunidades contracolonizadoras, os textos de Nego Bispo vêm suprir a essa aterradora lacuna que silencia conquistas e invisibiliza experiências vivificadoras, trazendo para centro do debate os saberes biointerativos da

cosmovisão politeísta que fortalecem essas populações no embate contra a colonização. Mais amiúde, bem longe das trincheiras, o que realmente importa e vale a pena é aquilo que concretamente se vivencia na "comunhão prazerosa da biointeração". Encontro e disseminação de diferenças e pluralidades que se reúnem e se visitam, festejam, trocam presentes, olhares, bailam, confluem-se, celebrando e universalizando a vida.

Tais Garone

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E LINKS PESQUISADOS

- Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral. São Paulo : Paulus, 1991.
- BLOCH, Didier (org). *Canudos 100 anos de produção de vida cotidiana e economia dos tempos do Conselheiro até os dias atuais*. Editora Fonte Viva. Fundação Alúísio Penna, (ano? Completar dados)
- CARIRY, Firmino Holanda Rosember (org). *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto — Apontamentos para a História*. Publicação Interarte/Ceará — Edital das Artes da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza CE, 2007.
- ESTRELA, Raimundo. *Pau de Colher: Um Pequeno Canudos— Conotações Políticas e Ideológicas*. Revista da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2a Edição, Salvador/BA, 1998.
- SANTOS, Antônio Bispo. *Quilombos, Modos e Significados*. Editora COMEPI, Teresina/PI, 2007.

Colonização, Quilombos: modos e significações

Links Pesquisados

CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta*. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/carta.htm>. Acesso em 16/09/2007.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em 30/11/2013.

Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 20/10/2011.

Decreto No 847 de 11 de outubro de 1890, que promulgou o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://ciespi.org.br/media/decreto_847_11_out_1890.pdf. Acesso em 08/11/2011.

LOUREIRO, Klítia. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a "moderna" ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. Revista *Ágora*, No 03, Vitória /ES, 2006.

Disponível em: http://www.ufes.br/ippghis/agora/Documentos/Revista_3_PDFs/KI%EDtia%20Loureiro%20-%20C1gora_3.pdf. Acesso em 20/10/2011.

SILVA, José Moreira. *A bíblia aprova a escravidão*. 2006. Disponível em: <http://www.dantas.com/realidadebr/textos/escravidao.htm>. Acesso em 16/09/2007.